12AGC

12th ACCOUNTING AND GOVERNANCE CONFERENCE

O futuro da contabilidade como base da decisão econômica, financeira e pública

16 a 18 de Setembro de 2026
Brasília - DF

RESUMOS ABSTRACTS

CCA - UnB

Realização

Universidade de Brasília

Patrocínio

BB Seguros

banco da amazônia

CAIXA

Apoio

CFC
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

CRCDF
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

SEBRAE

Banco do Brasil

Organização

FINATEC

12th ACCOUNTING AND GOVERNANCE CONFERENCE

O futuro da contabilidade como base da decisão econômica, financeira e pública

12º Congresso de Contabilidade e Governança (UnB - CCG)

9º Congresso Contabilidade e Governança de Iniciação Científica (UnB CCG - IC)

12th Accounting and Governance Congress (UnB – AGC)

9th Accounting & Governance Conference Scientific Iniciation (UnB AGC - SI)

16 a 18 de setembro de 2026

September 16-18, 2026

ANAIS DE RESUMOS

ANNALS OF ABSTRACTS

César Augusto Tibúrcio Silva (org.)

Mariana Guerra (org.)

Rodrigo de Souza Gonçalves (org.)

Brasília

2026

©2026 Departamento de Ciência Contábeis e Atuariais - FACE/UnB



Atribuição sem derivações CC BY-ND
A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é do Departamento de Ciência Contábeis e Atuariais, da Universidade de Brasília.

Equipe Técnica

Elaboração e informações
Diretoria Técnico-Científica do 12º Congresso de Contabilidade e Governança da UnB

Capa/Diagramação: AVA Eventos e Tecnologia

Universidade de Brasília
Departamento de Ciência Contábeis e Atuariais – Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Gestão de Políticas Públicas – Campus Universitário Darcy Ribeiro

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

MENSAGEM DE BOAS -VINDAS

É com grande satisfação que damos as boas-vindas ao **12º Congresso UnB de Contabilidade e Governança** e ao **9º Congresso UnB de Iniciação Científica**, promovidos pelo Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília.

Ao longo de suas edições, o Congresso tem se consolidado como espaço de encontro entre pesquisadores, professores, estudantes, profissionais e representantes da sociedade, aproximando a produção científica dos desafios econômicos, organizacionais e sociais contemporâneos. Chegar à 12ª edição é motivo de celebração e reafirma nosso compromisso com a pesquisa, com a formação acadêmica e com a produção de conhecimento relevante.

Neste ano, o tema **"O futuro da contabilidade como base da decisão econômica, financeira e pública"** convida à reflexão sobre o papel da contabilidade em um ambiente marcado por profundas transformações tecnológicas, econômicas, regulatórias e sociais. Mais do que registrar e comunicar informações, a contabilidade é fundamental para compreender fenômenos, bem como para avaliar alternativas e apoiar decisões que afetam empresas, instituições públicas e a sociedade.

É nesse contexto que se inserem os trabalhos reunidos nestes Anais. São pesquisas que, sob diferentes perspectivas, discutem questões contemporâneas da contabilidade e suas interfaces com outras áreas do conhecimento. A realização conjunta do **9º Congresso UnB de Iniciação Científica** reforça esse propósito ao estimular, desde a graduação, a curiosidade, a capacidade crítica e a formação de novos pesquisadores.

Esta edição também é uma oportunidade para reconhecer todos aqueles que contribuíram para a trajetória do Congresso. Agradecemos aos autores, avaliadores, coordenadores de áreas temáticas, mediadores, palestrantes, debatedores, equipes organizadora e técnico-científica e a todos que participaram de suas edições anteriores. Nosso agradecimento se estende às **instituições apoiadoras**, cuja colaboração é fundamental para a realização e o fortalecimento do evento.

Esperamos que os trabalhos aqui publicados estimulem novos estudos, debates e parcerias e que contribuam para aproximar cada vez mais a produção

científica dos desafios das organizações, do setor público e da sociedade. Desejamos, ainda, que o Congresso continue sendo um espaço de encontro, reflexão e construção do conhecimento, capaz de contribuir para melhores decisões e para os desafios do nosso tempo.

Sejam todos muito bem-vindos ao 12º Congresso UnB de Contabilidade e Governança e ao 9º Congresso UnB de Iniciação Científica.

Desejamos a todos um excelente Congresso!

Profª Drª Danielle Montenegro Salamone Nunes

Prof. Dr. Sérgio Ricardo Miranda Nazaré

Diretoria Geral

Prof. Dr. Rodrigo de Souza Gonçalves

Prof. Dr. César Augusto Tibúrcio Silva

Profª Drª Mariana Guerra

Diretoria Técnico-Científica

COMITÊ ORGANIZADOR

Direção Geral

Prof.ª Drª. Danielle Montenegro Salamone Nunes
Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis / Universidade de Brasília
Doutora em Administração, com ênfase em Finanças e Métodos Quantitativos, pela Universidade de Brasília (2017). Mestre em Ciências Contábeis pelo Programa Multi-institucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis da UnB, UFPB e UFRN (2009). Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (2004).

Direção Geral-Adjunta

Prof. Dr. Sérgio Ricardo Miranda Nazaré
Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis / Universidade de Brasília
Doutor pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília (2020). Mestre em Administração pela Universidade de Brasília (1993). Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília (1986).

Direção Executiva

Profa. Dra. Lorena Almeida Campos
Departamento de Ciências Contábeis / Universidade de Brasília
Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis - UnB (2025). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis - UnB (2017) Especialista em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria - FGV (2010). Especialista em Administração Financeira - Universo (2005). Graduada em Ciências Contábeis - PUC-GO (2002)

Direção Técnico-Científica

Prof. Dr. César Augusto Tibúrcio Silva
Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis / Universidade de Brasília
Possui graduação em Administração pela Universidade de Brasília. É mestre em Administração pela Universidade de Brasília e doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo. Professor titular da Universidade de Brasília, atuando no mestrado e doutorado de Contabilidade (PPGCont).

Prof.ª Drª Mariana Guerra
Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis / Universidade de Brasília
Graduada em Ciências Contábeis (2008) e mestre em Contabilidade e Controladoria (2010) pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutora em Administração (2013) pela Universidade de Brasília.

Prof. Dr. Rodrigo de Souza Gonçalves
Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis / Universidade de Brasília
Graduação em Ciências Contábeis. Pós-graduação (lato sensu) e mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado FECAP e Doutorado em Ciências Contábeis pelo Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis (UnB/UFRN/UFPB).

Direção Financeira

Profa. Dra. Francisca Aparecida de Souza
Departamento de Ciências Contábeis / Universidade de Brasília
Doutora em Ciências Contábeis pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília (UnB) (2019) e Mestre em Ciências Contábeis pelo Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis (UnB-UFPB-UFP-UFRN) (2007); possui especialização em Controladoria pela Universidade de Brasília (UnB) (2004); graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Brasília (2002).

Direção de Relações Institucionais

Prof. Dr. Abimael de Jesus Barros Costa
Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis / Universidade de Brasília
Pós-doutor em Contabilidade Pública na Universidade de Valência/Espanha. Doutor em Transportes (PPGT do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental), com período sanduíche na Universidade de Lisboa/Portugal, área Economia dos Transportes; Mestre em Contabilidade (PPGMI/UnB/UFRN/UFPB); Bacharel, Especialista e Técnico em Contabilidade; Bacharel em Direito.

Direção de Marketing e Comunicação

Profa. Ms. Mara Regina dos Santos Reinehr
Doutoranda em Ciências Contábeis na Universidade de Brasília. Mestre em Economia pela Universidade Federal de Mato Grosso (2023). Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2019).

Direção do Consórcio Doutoral

Prof. Dr. Jorge Katsumi Niyama
Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis / Universidade de Brasília
Possui graduação em Ciências Contábeis pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, mestrado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo e doutorado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo e pós-doutorado pela University of Otago. Iniciou o seu segundo pós-doutorado na Universidade de Coimbra e no Instituto Universitário de Lisboa/ISCTE em Portugal.

Prof. Dr. José Alves Dantas
Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis / Universidade de Brasília
Graduado em Ciências Contábeis e em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com mestrado e doutorado em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (UnB).

Direção Operacional

Prof. Dr. Wagner Rodrigues dos Santos
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais / Universidade de Brasília
Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (1991), mestrado em Administração pela Universidade de Brasília (2002) e doutorado em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (2023).

Profa. Dra. Fernanda Jaqueline Lopes
Departamento de Ciências Contábeis / Universidade de Brasília
Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Goiás (2011), mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (2014) e doutorado em Geografia pela Universidade de Brasília (2025).

COMITÊ CIENTÍFICO

AT1 - Auditoria e Perícia:

Prof.ª Dr.ª Elionor Farah Jreige Weffort
FECAP - Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado

AT2 - Contabilidade Financeira

Prof. Dr. Roberto Carlos Klann
FURB - Universidade Regional de Blumenau

AT3 - Contabilidade e Finanças

Prof. Dr. Silvio Hiroshi Nakao
USP-RP - Universidade de São Paulo - Ribeirão Preto

AT4 - Contabilidade para Sustentabilidade e ESG

Prof. Dr. Aldo Leonardo Cunha Callado
UFPB - Universidade Federal da Paraíba

AT5 - Contabilidade Gerencial e Sistemas de Informações

Prof. Dr. Andson Braga de Aguiar
USP - Universidade de São Paulo

AT6 - Contabilidade no Setor Público e Governamental

Prof.ª Dr.ª Lidiane Nazaré da Silva Dias
UFPA - Universidade Federal do Pará

Prof.ª Dr.ª Mariana Pereira Bonfim
UFF - Universidade Federal Fluminense

AT7 - Temas Emergentes, Setores Específicos e Educação

Prof. Dr. Henrique Portulhak
UFPR - Universidade Federal do Paraná

Iniciação Científica

Prof.ª Dr.ª Nyalle Barboza Matos
UEA - Universidade do Estado do Amazonas

Consórcio Doutoral

Prof. Dr. Jorge Katsumi Niyama
UnB - Universidade de Brasília

Prof. Dr. José Alves Dantas
UnB - Universidade de Brasília

SUMÁRIO

Sumário

AVALIADORES 15

ESTATÍSTICAS DO 12th UnB AGC 18

COMPARATIVO 12º UnB AGC (2026) COM EDIÇÕES ANTERIORES 21

PROGRAMAÇÃO GERAL DO EVENTO 28

PROGRAMAÇÃO CONSÓRCIO DOUTORAL 30

PROGRAMAÇÃO 12TH AGC – SESSÕES PARALELAS 33

RESUMOS 44

AT1 - AUDITORIA E PERICIA

AT1 – 2917: Alice no país da auditoria: hiperintangibilidade e o relevantemente auditável 46

AT1 – 2959: Efeito SPILLOVER das sanções de PLD nos honorários de auditoria 47

AT1 – 2963: Qualidade da auditoria em organizações internacionais: uma análise teórico-crítica do board of auditors da ONU 48

AT – 2968: Arquitetura de dados e IFRS 18: governança tecnológica e mitigação do risco operacional 49

AT1 – 2989: Quem controla os algoritmos do estado? desafios da accountability algorítmica em relação aos tribunais de contas brasileiros 50

AT1 – 2997: Narcisismo e ceticismo profissional de auditores independentes: evidências do contexto brasileiro 51

AT1 – 3028: Valor público na recuperação de ativos: uma análise utilizando o triângulo estratégico de Moore 52

AT1 – 3034: Mineração de processos na gestão pública municipal: uma revisão sistemática 53

AT1 – 3040: Determinantes da evidenciação do risco de continuidade nos relatórios de auditoria independente das companhias abertas brasileiras 54

AT1 – 3047: Falha do ceticismo profissional do auditor: um *framework* multirrotas 55

AT2 - CONTABILIDADE FINANCEIRA

AT2 – 2983: Representação da realidade econômica: entre princípios, regras e julgamento profissional 57

AT2 – 2987: Debates conceituais na revisão da estrutura conceitual do IASB 58

AT2 – 3002: Evolução nas demonstrações financeiras? um estudo do CPC 51 com base na teoria da comunicação 59

AT2 – 3003: Criptoativos: suas principais características e uma proposta de expedientes práticos de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábil 60

AT2 – 3005: Dupla divulgação do arrendamento bancário: o COSIF como último reduto formalista 61
AT2 – 3033: Tensões na mensuração contábil de criptomoedas sob a perspectiva da teoria contábil 62

AT3 - CONTABILIDADE E FINANÇAS

AT3 -2985: Risco sistêmico no setor bancário brasileiro: evidências de bancos tradicionais e digitais a partir do Modelo CoVaR 64
AT3 -2990: Fusões e aquisições, diversificação setorial e efeitos de pares na tributação corporativa das empresas brasileiras 65
AT3 – 2999: Emissão de ações para reduzir o endividamento e as despesas financeiras decorrentes das dívidas pós-fixadas 66
AT3 -3013: Finanças pessoais nos cursos de negócios das IFES brasileiras 68
AT3 – 3017: Racionalidade e vieses em decisões de investimento 69

AT4 - CONTABILIDADE PARA SUSTENTABILIDADE E ESG

AT4 – 2979: Strategic Lifecycle Activity-Based Costing (SLABC): integrating lifecycle dynamics in services 71
AT4 -3015: Bibliométrica da intensidade digital e performance nos bancos tradicionais e digitais no brasil 72
AT4 – 3044: Da dependência privada à dependência pública no financiamento partidário: os efeitos da reforma político-eleitoral de 2015 -2017 sobre as receitas, as despesas e a prestação de contas dos órgãos partidários no Brasil e no Distrito Federal (2010 -2022) 73

AT5 - CONTABILIDADE GERENCIAL E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES

AT5 – 2955: More governance, more demands? integrated reporting in brazilian state-owned enterprises 75
AT5 – 2961: O efeito do relatório de asseguração sobre o índice de sustentabilidade empresarial (ISE B3) 76
AT5 – 2980: Entre métricas e riscos: aderência do balanço de sustentabilidade do judiciário brasileiro às normas do ISSB:
AT5 - 2992: Governança do orçamento verde: modelo de maturidade e evidências internacionais comparadas 78
AT5 – 2998: Do sinal barato ao equilíbrio separador: asseguração ESG no mercado de capitais brasileiro 79
AT5 – 3000: Efeitos das emissões e seu disclosure sobre o WACC: análise sobre Brasil e Estados Unidos 80
AT5 – 3006: Circularidade reportada e accountability socioambiental: crédito de reciclagem, cadeia reversa e disclosure no Brasil 81
AT5 – 3014: Classificação ESG por clusters em empresas do G20: evidências entre setores poluentes e não poluentes 82

AT5 - 3018: CVM 244 - estudo de evento sobre a sinalização ESG pós flexibilização. 83
AT5 – 3021: O efeito das dimensões ambiental, social e de governança sobre o valor das firmas brasileiras 84
AT5 -3025: Normas IFRS e o pioneirismo brasileiro: o caso da Natura&CO 85
AT6 CONTABILIDADE NO SETOR PÚBLICO E GOVERNAMENTAL86
AT6 – 2957: A alocação das transferências voluntárias no estado do Pará: evidências sob a perspectiva do federalismo fiscal e da teoria da escolha pública 87
AT6 – 2960: Fraudes em licitações públicas: um ensaio teórico sobre os limites da legalidade e os vazios da integridade 88
AT6 – 2966: Risco moral no federalismo fiscal brasileiro: desafios de mensuração em um ambiente de restrições orçamentárias flexíveis 89
AT6 – 2969: Capacidade fiscal, expansão universitária e financiamento da educação superior 90
AT6 – 2970: Inteligência artificial generativa, transparência e accountability na auditoria governamental 91
AT6 – 2976: Governança pública entre discurso e prática: uma análise da CGE-AM e do TCE-AM à luz do framework IFAC/CIPFA 92
AT6 – 2981: Transparência para quem? avaliação da transparência formal na justiça do trabalho brasileira 93
AT6 – 2988: Dez anos de relato integrado no setor público federal brasileiro: uma revisão sistemática da literatura 94
AT6 – 2993: Gastos fora do padrão e integridade nas compras de medicamentos nas prefeituras paraibanas 95
AT6 – 2994: Leasing no setor público e teoria da contabilidade: da IPSAS 13 à IPSAS 43 e as tensões conceituais 96
AT6 – 2995: Orçamento impositivo e desafios na execução financeira de emendas na SUDAM 97
AT6 – 2996: Orçamento que não chega ao estudante: análise da ação 4002 PNAES entre 2023 e 2025 98
AT6 – 3009: Dívida ativa da união nos pareceres prévios do TCU: apontamentos e follow-up das recomendações (2015-2024) 99
AT6 – 3012: FUNDEB e gestão fiscal municipal: a aplicação mínima de 70% pressiona o limite de despesa com pessoal da LRF? evidências dos municípios da assudoeste (2022 -2025) 100
AT6 – 3020: Paradoxo da transparência nas organizações internacionais: existe gerenciamento de resultados na ONU? 102
AT6 – 3022: Governança pública nas IFES: análise da qualificação docente e da qualidade dos cursos sobre o IESGO 103
AT6 – 3030: H*eritage assets* e os limites éticos da representação monetária do patrimônio cultural: uma análise teórico-conceitual 104
AT6 – 3048: Business Intelligence e transparência pública: aplicação de um painel analítico de emendas parlamentares em uma universidade federal 105

AT7 - TEMAS EMERGENTES, SETORES ESPECÍFICOS E EDUCAÇÃO

AT7 – 2973: Opacidade algorítmica no setor público: uma análise à luz do plano brasileiro de inteligência artificial 108
AT7 – 2984: Inteligência artificial na contabilidade: inimiga ou aliada? 109
AT7 – 2986: Materiality as a filtering mechanism: selective stakeholder visibility in the energy transition 110
AT7 – 2991: Beyond variables: an essay on the epistemology of empirical accounting research 111
AT7 – 3010: Pós-graduação em contabilidade forense: o que dizer de brasil e estados unidos? 112
AT7 – 3027: Educação financeira, sustentabilidade e valorização educacional no ensino médio técnico 113
AT7 – 3029: Crédito de carbono: uma discussão teórica a partir de conceitos da física quântica 114

INICIAÇÃO CIENTÍFICA

IC -2965: Inteligência artificial na educação continuada: uma análise da atuação dos conselhos regionais de contabilidade 116
IC – 2967: Indicadores de desempenho na gestão orçamentária: eficácia dos gastos públicos sob a ótica da contabilidade governamental 117
IC – 2974: Análise no desempenho econômico-financeiro dos clubes SAF da Série A 118
IC – 2982: Mais do que números: evidenciação contábil e percepção de usuários em desastres ambientais 119
IC – 3007: Carga tributária das companhias abertas: evolução temporal e análise intersetorial 120
IC – 3008: Educação financeira e previdência complementar: entre incertezas e escolhas 121
IC – 3011: Valor de mercado, torcida e posição no campeonato brasileiro 122
IC – 3036: Equidade racial e cumprimento da condicionalidade III do VAAR/Fundeb: estudo de caso em Cidade Ocidental (GO) 123
IC – 3039: Incentivos fiscais, tributação efetiva e distribuição do valor adicionado: evidências de empresas brasileiras 124
IC – 3041: Associação entre os *covenants* e o nível de conservadorismo nas empresas brasileiras listadas na B3 125
IC – 3043: A influência da governança familiar nas políticas de capital de giro: evidências de empresas listadas na B3 126
IC – 3045: Concessões aeroportuárias no Brasil: uma análise econômico-financeira das empresas concessionárias da segunda rodada (2019 -2024) 127

AVALIADORES

Abimael de Jesus Barros Costa
Universidade de Brasília

Alan Santos de Oliveira
Universidade Federal do Ceará

Aldo Leonardo Cunha Callado
Universidade Federal da Paraíba

Aleff Dos Santos Santana
Universidade Federal do Pará

Alex Laquis Resende
Universidade de Brasília

Aline Moura Costa da Silva
Universidade Federal Fluminense

Alinie Rocha Mendes
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

Allison Manoel de Sousa
Universidade Federal do Paraná

Altair Borgert
Universidade Federal de Santa Catarina

Aluska Ramos de Lira
Universidade Federal da Paraíba

Anderson Betti Frare
Universidade Federal de Santa Maria

Andre Nunes
Universidade de Brasília

Andre Porfirio de Almeida
Universidade Federal de Santa Catarina

Antonio Andre Cunha Callado
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ariel Behr
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Aureliano Angel Bressan
Universidade Federal de Minas Gerais

Carla Renata Silva Leitao
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Celma Duque Ferreira
Universidade Federal de Goiás

Claudio Moreira Santana
Universidade de Brasília

Clebia Ciupak
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Clesia Camilo Pereira
Universidade de Brasília

Cristiane Lana Silva
Universidade de São Paulo

Daniel Soares de Souza
Universidade de Brasília

Denise Fernandes Nascimento
PPGCont/UnB

Denize Demarche Minatti Ferreira
Universidade Federal de Santa Catarina

Diana Vaz de Lima
Universidade de Brasília

Djones Derkyan Teixeira dos Santos
Universidade de Brasília

Ducineli Regis Botelho
Universidade de Brasília

Eduarda Augusta Sales Rodrigues Gomes da Silva
Egressa PPGCont/UnB

Eduardo Bona Safe de Matos
Universidade de Brasília

Eduardo Seixas
Fucape Business School

Elionor Farah Jreige Weffort
Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado

Everton Souza Capelletto da Cunha
Fucape Business School

Ewerton Alex Avelar
Universidade Federal de Minas Gerais

Fabiano Greter Moreira
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Fernanda Lopes
Universidade de Brasília

Fernando Jose Vieira Torres
Universidade Federal de Pernambuco

Francielle Rodrigues N Voltarelli de Freitas
UNIOESTE e UnB

Francisco Alves de Souza Neto
Universidade Federal da Paraíba

Gabriel Moreira Campos
Universidade Federal do Espírito Santo

Gabriela Brandao Lopes
Universidade de Brasília

Gislaine Sediyama
Universidade Federal de Viçosa

Helder Kiyoshi Kashiwakura
Universidade de Brasília

Henrique Formigoni
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Hudson Augusto Silva de Castro
UNAMA

Hugo Leonardo Menezes de Carvalho
Instituto Serzedello Correa – TCU

Icaro Saraiva Laurinho
Universidade Federal Rural da Amazônia

Isielli Mayara Barzotto Martins Tierling
Universidade Estadual do Paraná

Jamille Carla Oliveira Araujo
Universidade Federal Rural da Amazônia

Jeremias Pereira da Silva Arraes
Universidade de Brasília

Joanilia Cia
Universidade de São Paulo

Joao Paulo Machado Ribeiro
Universidade Federal de Santa Catarina

Jonatas Dutra Sallaberry
Universidade Federal do Paraná

Jose Alves Dantas
Universidade de Brasília

Jose Lucio Tozetti Fernandes
Universidade de Brasília

Jose Mauro Madeiros Veloso Soares
Universidade Federal do Cariri

Josimar Pires da Silva
Universidade Federal da Grande Dourados

Julia de Avila Machado
Universidade Regional de Blumenau

Karinie Meire Costa
Universidade Federal do Espírito Santo

Kelli Juliane Favato
Universidade Estadual de Londrina

Laize Almeida de Oliveira
Universidade Federal de Uberlândia

Leandro Marcondes Carneiro
Universidade do Estado do Amazonas

Livia Maria Lopes Stanzani
FEARP/USP

Lorena Almeida Campos
Universidade de Brasília

Lorena Costa de Oliveira Araujo
PPGA/UnB

Lucelma Maria dos Santos Cunha
Universidade de São Paulo

Luciana da Silva Moraes Sardeiro
Universidade Federal do Tocantins

Ludmila de Melo Souza
Universidade de Brasília

Manuela Goncalves Barros
Universidade Federal de Mato Grosso

Mara Regina dos Santos Reinehr
Universidade de Brasília

Marcielle Anzilago
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Marcio Marcelo Belli
Universidade Estadual de Campinas

Marcos Valerio Martins Soares
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Marguit Neumann
Universidade Estadual de Maringá

Mariana Azevedo Alves
Universidade Federal Fluminense

Mariana Guerra
Universidade de Brasília

Micheli Aparecida Lunardi
Universidade Regional de Blumenau

Monica Cristina Sobreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Nyalle Barboza Matos
Universidade do Estado do Amazonas

Orleans Silva Martins
Universidade Federal da Paraíba

Paula Carolina Ciampaglia Nardi
Universidade de São Paulo

Paulo Cesar de Melo Mendes
Universidade de Brasília

Paulo Roberto Barbosa Lustosa
Universidade de Brasília

Paulo Vitor Souza de Souza
Universidade Federal do Paraná

Polyana Batista da Silva
Universidade de São Paulo

Rafael Martins Noriller
Universidade Federal da Grande Dourados

Rafael Sousa Lima
Universidade do Distrito Federal

Raimundo Marciano de Freitas Neto
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Raissa Agle Moura de Sousa
Universidade de Brasília

Redvania Vieira Xavier
Universidade Federal do Amazonas

Renato Pontes Dias
Fucape Business School

Ricardo Rocha de Azevedo
Universidade de São Paulo

Roberto Carlos Klann
Universidade Regional de Blumenau

Rodrigo de Souza Goncalves
Universidade de Brasília

Rommel de Santana Freire
Universidade Federal da Paraíba

Ronaldo Leao de Miranda
Universidade Federal de Rondônia

Rosana Santos de Oliveira
Universidade Federal de Santa Catarina

Sady Mazzioni
Unochapeco

Sergio Ricardo Miranda Nazare
Universidade de Brasília

Sheyla Veneziani Braga
Universidade de Brasília

Silvio Freitas da Silva
Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul

Tany Ingrid Sagredo Marin
Universidade Federal do Pará

Thiago Vitor Ferreira Soares
Universidade Federal de Alagoas

Tiago Carneiro da Rocha
Universidade Federal de Viçosa

Tiago Mota dos Santos
Universidade de Brasília

Vagner Alves Arantes
Universidade Federal do Paraná

Vagner Antonio Marques
Universidade Federal do Espírito Santo

Victor Godeiro de Medeiros Lima
UEA e UFAM

Vitor Hideo Nasu
Universidade de São Paulo

ESTATÍSTICAS DO 12th UnB AGC

Sobre os trabalhos	Quantidade*	Percentual (%)
Trabalhos selecionados para apresentação e discussão	85	87,63
Trabalhos não selecionados	12	12,37
Total de trabalhos submetidos	**97**	**100**

Nota: (*) inclui IC + Consórcio Doutoral

Áreas Temáticas	Artigos Submetidos	Artigos Selecionados	Percentual (%)
1 - Contabilidade, Auditoria e Governança	12	10	83.33
2 - Contabilidade Financeira	6	6	100
3 - Contabilidade e Finanças	5	5	100
4 - Contabilidade Gerencial, Estratégias e Processos	7	4	57,14
5- Contabilidade para Sustentabilidade e ESG	13	11	84,62
6 - Contabilidade no Setor Público e Governamental	21	18	85,71
7 - Temas Emergentes, Setores Específicos e Educação	9	8	88,89
8 - IC - Iniciação Científica	13	12	92,31
9 - Consórcio Doutoral	11	11	100,00
Total	**97**	**85**	**87,63**

Quantidade de Autores por Artigo	Quantidade de Artigos	
	Selecionados*	Percentual (%)
1	18	21,18
2	30	35,29
3	18	21,18
4	19	22,35
Total	**85**	**100**

Nota: (*) inclui IC + Consórcio Doutoral

Titulação do primeiro autor	Artigos Selecionados	
	Quantidade*	Percentual (%)
Graduando/Graduação	21	28,77
Especialização	8	10,96
Mestrado	35	47,95
Doutorado	8	10,96
Não informado	1	1,37
Total	**73**	**100**

Nota: (*) inclui IC + Consórcio Doutoral

Gênero do primeiro autor	Artigos Selecionados	
	Quantidade*	Percentual (%)
Feminino	34	46,58
Masculino	38	52,05
Não informado	1	1,37
Total	**73**	**100**

Nota: (*) inclui IC + Consórcio Doutoral

Origem** do primeiro autor	Artigos selecionados*
AM	1
BA	1
CE	2
DF	41
ES	7
GO	4
MA	1
MG	6
MS	0
MT	1
PA	4
PB	0
PE	4
PI	0
PR	1
RJ	5
RN	1
RO	1
RR	0
RS	1
SC	0
SE	0
SP	1
TO	0
Argentina	1
Portugal	1
Togo	1
Total	85

Nota: (*) inclui IC + Consórcio Doutoral; (**) Vinculação institucional

COMPARATIVO 12º UnB AGC (2026) COM EDIÇÕES ANTERIORES

Sobre os trabalhos	Quantidade							Percentual (%)						
	2020	2021	2022	2023*	2024*	2025	2026	2020	2021	2022	2023*	2024*	2025	2026
Artigos selecionados para apresentação e discussão	120	69	74	68	71	52	74	58	64	60	58,77	68	64,19	87,63
Artigos não selecionados	87	39	49	46	34	29	12	42	36	40	41,23	32	35,80	12,37
Total de trabalhos submetidos	**207**	**108**	**123**	**114**	**105**	**81**	**86**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**

Nota: (*) inclui IC

Áreas Temáticas	Quantidade de Artigos Submetidos							Quantidade de Artigos Selecionados						
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026***	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026***
1 - Auditoria e Perícia	11	2	7	7	6	NA*	NA*	8	2	7	4	3	NA*	NA*
1 - Contabilidade, Auditoria e Governança	-	-	-	-	-	9	12	-	-	-	-	-	9	10
2 -Contabilidade e Educação	8	12	9	8	2	NA*	NA*	6	7	4	3	2	NA*	NA*
2 -Contabilidade Financeira**	36	25	12	22	17	12	7	24	18	10	14	8	5	7
3 -Contabilidade e Finanças **	22	11	9	10	12	9	6	18	5	7	7	6	5	6
4 - Contabilidade Gerencial Estratégia e Processos	-	-	-	-	-	4	8	-	-	-	-	-	3	5

5 -Contabilidade e Governança	10	3	10	8	6	NA*	NA*	6	2	5	3	5	NA*	NA*
5 - Contabilidade para Sustentabilidade e ESG	-	-	-	-	-	4	14	-	-	-	-	-	3	12
6 -Contabilidade Gerencial e Sistemas de Informações	14	2	8	4	6	NA*	NA*	6	2	3	2	5	NA*	NA*
6 - Contabilidade no Setor Público e Governamental	-	-	-	-	-	16	27	-	-	-	-	-	9	24
7 -Contabilidade e Setor Público	32	14	24	25	21	NA*	NA*	15	7	13	17	17	NA*	NA*
7 - Temas Emergentes Setores Específicos e Educacao	-	-	-	-	-	12	10	-	-	-	-	-	5	9
8 -Contabilidade e Sociedade	37	20	13	19	15	NA*	NA*	16	15	9	14	10	NA*	NA*
Iniciação Científica**	37	19	26	11	20	10	13	21	11	16	4	15	8	12
Total	**207**	**108**	**123**	**114**	**105**	**81**	**97**	**120**	**69**	**74**	**68**	**71**	**52**	**85**

Nota.: (*) áreas foram renomeadas em 2025. (**) Mantida nomenclatura da área, possibilitando comparação. (***) inclui IC.

Método Utilizado	Quantidade de Artigos Selecionados						
	2020	2021	2022	2023*	2024*	2025	2026*
1 -Analítico/ Modelagem	12	4	0	1	10	2	4
2 - Estudo de Caso/ Campo	18	5	4	2	7	3	8
3 - Arquivo/ Banco de Dados	53	34	53	54	27	11	31
4 - Experimental / Quase experimental	3	0	1	0	4	4	0
5- Ensaio Teórico	8	9	7	5	12	11	21
6 - Crítico/ Interdisciplinar	-	1	1	0	2	5	4
7- Survey	22	13	8	4	9	7	12
Não classificado	4	3	0	2	0	9	5
Total	**120**	**69**	**74**	**68**	**71**	**52**	**85**

Nota: (*) inclui IC

Titulação do primeiro autor	Quantidade de Artigos Selecionados						
	2020	2021*	2022*	2023*	2024*	2025	2026*
Graduando/Graduado	15	31	30	27	23	-	21
Especialização	14	5	4	7	7	-	8
Mestrado	44	24	31	24	32	-	35
Doutorado	47	9	9	10	9	-	8
Não informado	-	-	-	-	-	52	1
Total Geral	**120**	**69**	**74**	**68**	**71**	**52**	**73**

Nota: (*) Inclui IC

Origem** do primeiro autor	Quantidade de artigos selecionados						
	2020	2021*	2022*	2023*	2024*	2025	2026
AM	3	0	1	2	2	-	1
BA	1	6	2	1	2	-	1
CE	13	3	2	1	0	-	2
DF	22	39	42	36	37	11	41
ES	3	0	3	2	1	-	7
GO	9	2	2	6	1	5	4
MA	1	0	0	0	0	-	1
MG	10	2	6	5	3	1	6
MS	1	0	0	0	0	1	0
MT	1	0	2	0	0	-	1
PA	4	1	1	0	2	1	4
PB	9	4	0	2	2	-	0
PE	9	1	2	0	4	-	4
PI	2	1	1	0	0	-	0
PR	12	1	1	2	3	3	1
RJ	6	2	1	1	4	2	5
RN	4	4	1	1	1	-	1
RO	1	0	0	0	0	-	1

RR	-	0	0	0	0	-	0
RS	-	0	0	0	1	-	1
SC	5	0	2	5	5	-	0
SE	-	0	0	0	0	-	0
SP	3	3	4	4	3	-	1
TO	1	0	0	0	0	-	0
Argentina	-	-	-	-	-	-	1
Colômbia	-	-	1	0	0	0	0
Portugal	-	-	-	-	-	-	1
Togo	-	-	-	-	-	-	1
Não informado	-	-	-	-	-	28	0
Total Geral	**120**	**69**	**74**	**68**	**71**	**52**	**85**

Nota: (*) Inclui IC; (**) Vinculação institucional

PROGRAMAÇÃO GERAL DO EVENTO

TEMA: O futuro da contabilidade como base da decisão econômica, financeira e pública.

1º dia: 16/setembro (quarta-feira)

HORÁRIO	ATIVIDADES	LOCAL
09:00 - 12:00	Consórcio doutoral (programação a parte)	Salas 1 a 5
12:00 - 14:00	Almoço Livre	
14:00 - 15:00	Cerimônia de Abertura	Auditório
15:15 - 17:15	**Palestra Magna (Palestra Internacional)** Tema: The Future of Accounting: Verifiable Methods in an Era of Unbounded Metrics Palestrantes: Eric H. Weisbrod (University of Kansas) Mediador(a): Profs. Paulo Lustosa (CCA) e Krisley Mendes (CCA)	Auditório
17:15 - 17:45	Coffee break	Hall Principal
17:45 - 18:45	**Workshop 1 (simultâneo)** Tema: IFRS S1, IFRS S2 e Resolução CVM 193: Como as Empresas Devem se Preparar para a Nova Era do Relato de Sustentabilidade Palestrante: Ana Paula Fernandes de Resende (Caixa) Mediador: Prof. José Lúcio Tozetti (CCA)	Auditório
17:45 - 18:45	**Workshop 2 (simultâneo)** Tema: Cibersegurança e Governança de Dados: Novos Desafios para Contadores, Auditores e Gestores Palestrantes: Prof. Rafael Rabelo (ADM) e Edney Fernandes (Banco da Amazônia) Mediador: Prof. Rodrigo Gonçalves (CCA)	CONF. 1

2º dia: 17/setembro (quinta-feira)

HORÁRIO	ATIVIDADES	
08:30 – 10:00	**Plenária 1 (Palestra Internacional)** Tema: The Fastly Diminishing Relevance of Financial Reports to Investors and How to Reverse This Trend. Palestrante: Baruch Lev (New York University) Mediador: Profª. Mariana Guerra (CCA)	Auditório
10:00-10:45	Coffee-break	Hall Principal
10:45 – 12:15	**Plenária 2 (Palestra Internacional)** Tema: Accounting Information Quality and Conservatism Painelista: Sudipta Basu (Temple University) Mediador(a): Profs. Henrique Portulhak (UFPR) e Marcelo Botelho (USP/RP)	Auditório

12:15 - 14:00	Almoço Livre	
14:00 - 15:30	Sessões paralelas do 12th UnBAGC e do 9th UnBAGC^{SI}	Salas 1 a 8
15:30 - 16:00	Coffee-break	
16:00 - 18:00	Sessões paralelas do 12th UnBAGC e do 9th UnBAGC^{SI}	Salas 1 a 8
18:05 - 19:35	**Plenária 3 (Palestra Internacional)** Tema: Accounting for Brazil: Public sector research on problems that matter. Palestrante: André Lino (Essex University) Mediadores: Profs. Andrea Gonçalves (CCA) e Cláudia Cruz (UFRJ)	Auditório
19:45 - 23:30	Confraternização	Cobertura

3º dia: 18/setembro (sexta-feira)

HORÁRIO	**ATIVIDADES**	
08:30-10:00	Sessões paralelas do 12th UnBAGC e do 9th UnBAGC^{SI}	Salas 1 a 8
10:00-10:30	Coffee-break	Hall Principal
10:30 – 12:00	**Plenária 4 – Palestra Nacional** Tema: Crédito, Inadimplência e Sustentabilidade Financeira: Desafios do Agro, das Famílias e das MPEs Palestrantes: João Vagnes de Moura Silva - Diretor de Gestão de Riscos/BB e Antonio Carlos Wagner Chiarello - Diretor de Empréstimos e Financiamentos/BB; Ricardo Cerqueira Leite Vieira Coutinho – Gerente de Projetos Especiais do Sebrae Nacional Mediador: Profs. Danielle Montenegro e Sérgio Nazaré (CCA)	Auditório
12:10- 13:00	**Plenária 5 – Palestra Nacional** Tema: Das normas baseadas em princípios à prática: caminhos para o fortalecimento da contabilidade aplicada ao setor público. Palestrante: Profª. Patrícia Varela (USP) Mediador: Profs. Lidiane Dias (UFPA) e Cláudia Cruz (UFRJ)	Auditório
13:00-13:15	Cerimônia de Encerramento	Auditório

PROGRAMAÇÃO CONSÓRCIO DOUTORAL

Dia 16/09/2026

Sala 1	9:00 – 10:20	Título	Efeitos da Transformação Digital do Controle Externo na Qualidade do Controle Externo na Qualidade da Informação Contábil das Prefeituras Municipais
		Doutorando(a)	Laize Almeida de Oliveira
		Orientador	Ricardo Rocha de Azevedo
		Instituição	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
		Avaliadores	João Bilhim (Universidade de Lisboa)
			Hugo Leonardo Menezes de Carvalho (ISC/TCU)
			André Nunes (UnB)
	10:40 – 12:00	Título	Gerenciamento de Resultados em Fusões e Aquisições (F&A): Uma Análise Institucional, Gerencial e Comportamental à Luz da Teoria Social Cognitiva
		Doutorando(a)	Davy Antônio da Silva
		Orientador	Sirlei Lemes
		Instituição	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
		Avaliadores	Orleans Silva Martins (UFPB)
			Odilanei Moraes dos Santos (UFRJ)
			Danielle Montenegro Salamone Nunes (UnB)
	17:40 – 19:00	Título	Corrupção Institucional, Práticas ESG e Emissões de Títulos Verdes em Países Emergentes: Uma Investigação Exploratória
		Doutorando(a)	Fernando José Vieira Torres
		Orientador	Joséte Florencio dos Santos
		Instituição	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
		Avaliadores	Vagner Antônio Marques (UFES)
			Marcelo Botelho da Costa Moraes (USP/RP)
			Rodrigo de Souza Gonçalves (UnB)
Sala 2	9:00 – 10:20	Título	Opacidade Algorítmica no SICONFI.IA: Implicações para as Características Qualitativas da Informação Contábil no Setor Público Brasileiro
		Doutorando(a)	Vanessa Martins de Rezende Ramos

		Orientador	Abimael de Jesus Barros Costa
		Instituição	Universidade Brasília (UnB)
		Avaliadores	Janilson Antonio da Silva Suzart (CGU)
			Henrique Portulhak (UFPR)
			Mayla Cristina Costa Maroni Saraiva (UnB)
	10:40 – 12:00	Título	Valoração de Patentes Geradas Internamente nas Universidades Públicas Brasileiras à Luz da NBC TSP 08: Critérios de Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação
		Doutorando(a)	José Augusto Sousa Martins
		Orientador	Abimael de Jesus Barros Costa
		Instituição	Universidade Brasília (UnB)
		Avaliadores	Cláudia Ferreira da Cruz (UFRJ)
			Lidiane Nazaré da Silva Dias (UFPA)
			Evaldo Cesar Cavalcante Rodrigues (UnB)
Sala 3	9:00 – 10:20	Título	Valor Público na Gestão de Ativos Apreendidos
		Doutorando(a)	Giovanni Magliano Júnior
		Orientador	Paulo Roberto Barbosa Lustosa
		Instituição	Universidade Brasília (UnB)
		Avaliadores	Mariana Azevedo Alves (UFF)
			Erivan Ferreira Borges (UFRN)
			Marcelo Driemeyer Wilbert (UnB)
	10:40 – 12:00	Título	Estrutura Constitucional do Financiamento Público no Ensino Superior: Governança Baseada em Desempenho e Equidade
		Doutorando(a)	Marcos Valério Martins Soares
		Orientador	Marcelo Driemeyer Wilbert
		Instituição	Universidade Brasília (UnB)
		Avaliadores	Maria Valesca Damásio de Carvalho Silva (UFBA)
			Luis Manuel Esteves da Rocha Vieira (UFRN)
			Diana Vaz de Lima (UnB)
Sala 4	9:00 – 10:20	Título	Divulgação e Práticas ESG: Um Olhar para a Dimensão Social
		Doutorando(a)	Pollyany Maisa Alves
		Orientador	Denise Mendes da Silva
		Instituição	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
		Avaliadores	Elionor Farah Jreige Weffort (FECAP)
			Patricia Siqueira Varela (USP)

			Alinie Rocha Mendes (UnB)
	10:40 – 12:00	Título	A Lobbying Approach to ISSB Standards and Implementation Effects on Sustainability Disclosure in the Brazilian Financial Sector
		Doutorando(a)	Denis Tavares Simões
		Orientador	Maria C. Tavares (advisor) Graça Azevedo (Co-advisor)
		Instituição	University of Aveiro (ISCA-UA)
		Avaliadores	Maisa de Souza Ribeiro (USP/RP)
			Enrico Dalla Riva (BCB)
			Sérgio Ricardo Miranda Nazaré (UnB)
Sala 5	9:00 – 10:20	Título	La Contabilidad de los Bienes del Patrimonio Histórico Cultural em Latinoamérica: Una Propuesta para el Reconocimiento, Medición y Reporte Contable con un Enfoque Hacia el Valor Público
		Doutorando(a)	Michael Andres Diaz Jimenez
		Orientador	Mauricio Gomez Villegas
		Instituição	Universidad de Buenos Aires (UBA)
		Avaliadores	Ricardo Rocha Azevedo (USP)
			Mariana Bonfim (UFF)
			José Matias Pereira (UnB)
	10:40 – 12:00	Título	Rastreabilidade dos Minerais, Invisibilidade do Trabalho: Governança, Auditabilidade e Externalidades Sociolaborais nas Cadeias de Elementos de Terras Raras
		Doutorando(a)	Paulo Suero dos Santos Cavalcanti Moreira
		Orientador	Paulo Roberto Barbosa Lustosa
		Instituição	Universidade Brasília (UnB)
		Avaliadores	Elaine Cristina Silva dos Santos (LNEG)
			Sérgio Michielon (UFAM)
			Mariana Guerra (UnB)

PROGRAMAÇÃO 12TH AGC – SESSÕES PARALELAS

1ª PARTE (quinta-feira, 17/09, 14h00 às 15h30)

Sala 1. Sessão 01 (quinta, 17/09, 14h00 às 15h30): Qualidade da auditoria: cognição, precificação e instituições

Trabalho 1 (3047, AT1). FALHA DO CETICISMO PROFISSIONAL DO AUDITOR: UM FRAMEWORK MULTIRROTAS. *Germana Cordeiro de Souza Chaves; Editinete André da Rocha Garcia; Sandra Maria dos Santos; Lorena Costa de Oliveira Araujo.*

Trabalho 2 (2959, AT1). EFEITO SPILLOVER DAS SANÇÕES DE PLD NOS HONORÁRIOS DE AUDITORIA. *Andréa Alves Corrêa; Israel Vila Verde Belém; Paulo Cesar de Melo Mendes.*

Trabalho 3 (2997, AT1). NARCISISMO E CETICISMO PROFISSIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES: EVIDÊNCIAS DO CONTEXTO BRASILEIRO. Wesley Brito de Andrade; Lorena Costa de Oliveira Araujo; Paolo Giuseppe Lima de Araujo; Germana Cordeiro de Souza Chaves.

MEDIADOR(A): Profª Drª Lorena Costa de Oliveira Araujo e Vinícius Alves dos Santos Pereira

Sala 2. Sessão 02 (quinta, 17/09, 14h00 às 15h30): Representação, estrutura conceitual e comunicação: princípios, regras e IFRS 18

Trabalho 1 (2983, AT2). REPRESENTAÇÃO DA REALIDADE ECONÔMICA: ENTRE PRINCÍPIOS, REGRAS E JULGAMENTO PROFISSIONAL. Glauber de Castro Barbosa; Vinícius Alves dos Santos Pereira.

Trabalho 2 (2987, AT2). DEBATES CONCEITUAIS NA REVISÃO DA ESTRUTURA CONCEITUAL DO IASB. *Alinie Rocha Mendes; Jorge Katsumi Niyama.*

Trabalho 3 (3002, AT2). EVOLUÇÃO NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS? UM ESTUDO DO CPC 51 COM BASE NA TEORIA DA COMUNICAÇÃO. *Gilmara Martins de Oliveira; Tiago de Moura.*

MEDIADOR(A): Prof. Dr. Jorge Katsumi Niyama e Gilmara Martis de Oliveira

Sala 3. Sessão 03 (quinta, 17/09, 14h00 às 15h30): Novos objetos, velhas formas: criptoativos e arrendamento sob tensão normativa

Trabalho 1 (3003, AT2). CRIPTOATIVOS: SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E UMA PROPOSTA DE EXPEDIENTES PRÁTICOS DE RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL. Eduardo Seixas.

Trabalho 2 (3033, AT2). TENSÕES NA MENSURAÇÃO CONTÁBIL DE CRIPTOMOEDAS SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA CONTÁBIL. *Kessyane* da Silva Novaes Horbucz.

Trabalho 3 (3005, AT2). DUPLA DIVULGAÇÃO DO ARRENDAMENTO BANCÁRIO: O COSIF COMO ÚLTIMO REDUTO FORMALISTA. *Antônio José* Rosa da Silva.

MEDIADOR(A): Prof. Dr. Sérgio Ricardo Miranda Nazaré e Profª Drª Danielle Montenegro Salamone Nunes

Sala 4. Sessão 04 (quinta, 17/09, 14h00 às 15h30): Referenciais internacionais de sustentabilidade: IFRSs, pilares ISSB e clusters ESG no G20

Trabalho 1 (3025, AT5). NORMAS IFRS E O PIONEIRISMO BRASILEIRO: O CASO DA NATURA&CO. *Marguit Neumann; Caroline de Souza Figuerêdo; Isabelle Caroline Bevilaqua.*

Trabalho 2 (2980, AT5). ENTRE MÉTRICAS E RISCOS: ADERÊNCIA DO BALANÇO DE SUSTENTABILIDADE DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO ÀS NORMAS DO ISSB. Moreno Souto Santiago; Fátima de Souza Freire; Beatriz Fátima Morgan; Ludmila de Melo Souza.

Trabalho 3 (3014, AT5). CLASSIFICAÇÃO ESG POR CLUSTERS EM EMPRESAS DO G20: EVIDÊNCIAS ENTRE SETORES POLUENTES E NÃO POLUENTES. Ronaldo Leão de Miranda; Luiz Carlos Marques dos Anjos.

MEDIADOR(A): Prof. Dr. Marguit Neumann e Prof. Dr. *Ronaldo Leão de Miranda*

Sala 5. Sessão 05 (quinta, 17/09, 14h00 às 15h30): Gestão municipal: indicadores orçamentários, equidade no Fundeb e compras de medicamentos

Trabalho 1 (2967, IC). INDICADORES DE DESEMPENHO NA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA: EFICÁCIA DOS GASTOS PÚBLICOS SOB A ÓTICA DA CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL. *Jessé de Souza Carvalho Neto; Gilberto Crispim; Celma Duque Ferreira.*

Trabalho 2 (3036, IC). EQUIDADE RACIAL E CUMPRIMENTO DA CONDICIONALIDADE III DO VAAR/FUNDEB: ESTUDO DE CASO EM CIDADE OCIDENTAL (GO). Graziella Lage

Barbosa Farias Renault Ferreira; Francielle Rodrigues N. Voltarelli de Freitas; Edilson Bezerra da Silva.

Trabalho 3 (2993, AT6). GASTOS FORA DO PADRÃO E INTEGRIDADE NAS COMPRAS DE MEDICAMENTOS NAS PREFEITURAS PARAIBANAS. Fernando José Vieira Torres; Flávio Henrique da Silva; Maurício Assuero Lima de Freitas; Joséte Florencio dos Santos.

MEDIADOR(A): Prof. Dr. Henrique Portulhak e Denise Fernandes Nascimento

Sala 6. Sessão 06 (quinta, 17/09, 14h00 às 15h30): Análise econômico-financeira em casos concretos: clubes de futebol, valor dos elencos e emissão de ações

Trabalho 1 (2974, IC). ANÁLISE NO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS CLUBES SAF DA SÉRIE A. *Franciele Correia de Oliveira; Mariana Pereira Bonfim; Aline Moura Costa da Silva.*

Trabalho 2 (3011, IC). VALOR DE MERCADO, TORCIDA E POSIÇÃO NO CAMPEONATO BRASILEIRO. *Ana Luiza Celestino; César Augusto Tibúrcio Silva.*

Trabalho 3 (2999, AT3). EMISSÃO DE AÇÕES PARA REDUZIR O ENDIVIDAMENTO E AS DESPESAS FINANCEIRAS DECORRENTES DAS DÍVIDAS PÓS-FIXADAS. Vanessa Aguiar Vieira; Willian Amado Rodrigues; Camilla Borges Sampaio; Anírian Cristiane Unghare.

MEDIADOR(A): Profª Drª Mariana Pereira Bonfim

Sala 7. Sessão 07 (quinta, 17/09, 14h00 às 15h30): Caixas-pretas: opacidade algorítmica, proxies da pesquisa e formação em contabilidade forense

Trabalho 1 (2973, AT7). OPACIDADE ALGORÍTMICA NO SETOR PÚBLICO: UMA ANÁLISE À LUZ DO PLANO BRASILEIRO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL. *Vanessa Martins de Rezende Ramos; Abimael de Jesus Barros Costa.*

Trabalho 2 (2991, AT7). BEYOND VARIABLES: AN ESSAY ON THE EPISTEMOLOGY OF EMPIRICAL ACCOUNTING RESEARCH. *Vagner Antônio* Marques.

Trabalho 3 (3010, AT7). PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE FORENSE: O QUE DIZER DE BRASIL E ESTADOS UNIDOS?. *Sinara Karine;* Eufrázio de Carvalho; Rafael Sousa Lima.

MEDIADOR(A): Rafael Sousa Lima e Rodrigo de Souza Gonçalves

2ª PARTE (quinta-feira, 17/09, 16h00 às 18h00)

Sala 1. Sessão 08 (quinta, 17/09, 16h00 às 18h00): Finanças corporativas: risco sistêmico, tributação, análise de concessionárias e governança familiar

Trabalho 1 (2985, AT3). RISCO SISTÊMICO NO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO: EVIDÊNCIAS DE BANCOS TRADICIONAIS E DIGITAIS A PARTIR DO MODELO COVAR. Brenda Leite da Silva; Aline Moura Costa da Silva; Anna Paola Fernandes Freire; Mariana Pereira Bonfim.

Trabalho 2 (2990, AT3). FUSÕES E AQUISIÇÕES, DIVERSIFICAÇÃO SETORIAL E EFEITOS DE PARES NA TRIBUTAÇÃO CORPORATIVA DAS EMPRESAS BRASILEIRAS. *Welington Goncalves Diniz; Vagner Antônio Marques.*

Trabalho 3 (3045, IC). CONCESSÕES AEROPORTUÁRIAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE ECONÔMICO- FINANCEIRA DAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DA SEGUNDA RODADA (2019– 2024). *Daniel Jardim* Andrade; Fernanda Jaqueline Lopes.

Trabalho 4 (3043, IC). A INFLUÊNCIA DA GOVERNANÇA FAMILIAR NAS POLÍTICAS DE CAPITAL DE GIRO: EVIDÊNCIAS DE EMPRESAS LISTADAS NA B3. *Cristiny Vitor Dias da Silva; Manuela Gonçalves Barros.*

MEDIADOR(A): Profª Drª Manuela Gonçalves Barros e Prof. Dr. Vagner Antônio Marques

Sala 2. Sessão 09 (quinta, 17/09, 16h00 às 18h00): Prestação de contas socioambiental: relato integrado nas estatais, asseguração como sinal, percepção de usuários e circularidade

Trabalho 1 (2955, AT5). MORE GOVERNANCE, MORE DEMANDS? INTEGRATED REPORTING IN BRAZILIAN STATE-OWNED ENTERPRISES. Elen da Silva Prado Oliveira; Fatima de Souza Freire.

Trabalho 2 (2998, AT5). DO SINAL BARATO AO EQUILÍBRIO SEPARADOR: ASSEGURAÇÃO ESG NO MERCADO DE CAPITAIS BRASILEIRO. Idamo Favalessa de Aquino; Felipe Gonçalves Bastos; Paulo César de Melo Mendes.

Trabalho 3 (2982, IC). MAIS DO QUE NÚMEROS: EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL E PERCEPÇÃO DE USUÁRIOS EM DESASTRES AMBIENTAIS. Alice Alves Cardoso; César Augusto Tibúrcio Silva.

Trabalho 4 (3006, AT5). CIRCULARIDADE REPORTADA E ACCOUNTABILITY SOCIOAMBIENTAL: CRÉDITO DE RECICLAGEM, CADEIA REVERSA E DISCLOSURE NO BRASIL. *Francis Cleiton Balbino da Silva; Sônia Maria da Silva Gomes.*

MEDIADOR(A): Prof. Dr. Aldo Callado e David Mendes

Sala 3. Sessão 10 (quinta, 17/09, 16h00 às 18h00): Energia e transição: materialidade dos stakeholders, crédito de carbono e emissões

Trabalho 1 (2986, AT7). MATERIALITY AS A FILTERING MECHANISM: SELECTIVE STAKEHOLDER VISIBILITY IN THE ENERGY TRANSITION. Mara Regina dos Santos Reinehr; Paulo Roberto Barbosa Lustosa; Piotr Staszkiewicz.

Trabalho 2 (3029, AT7). CRÉDITO DE CARBONO: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA A PARTIR DE CONCEITOS DA FÍSICA QUÂNTICA. *David Mendes;* Vanessa Martins de Rezende Ramos.

Trabalho 3 (3000, AT5). EFEITOS DAS EMISSÕES E SEU DISCLOSURE SOBRE O WACC: ANÁLISE SOBRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS. Eduardo Seixas; Talles Vianna Brugni.

MEDIADOR(A): Prof. Dr. Marcelo Botelho e Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Lustosa

Sala 4. Sessão 11 (quinta, 17/09, 16h00 às 18h00): Sistemas de informação, controle e custos: arquitetura de dados, custeio por ciclo de vida e intensidade digital

Trabalho 1 (2968, AT1). ARQUITETURA DE DADOS E IFRS 18: GOVERNANÇA TECNOLÓGICA E MITIGAÇÃO DO RISCO OPERACIONAL. Andréa Alves Corrêa; Daniel dos Santos Costa; Danielle Montenegro Salamone Nunes; Sergio Ricardo Nazaré Miranda.

Trabalho 2 (2979, AT4). SLABC STRATEGIC LIFECYCLE ACTIVITY-BASED COSTING: INTEGRATING LIFECYCLE DYNAMICS IN SERVICES. Luiz Carlos Marques dos Anjos; Marcos Roberto Gois de Oliveira Macedo; Maria Eduarda Justino da Silva; Tatiana Barros Pinheiro de Oliveira.

Trabalho 3 (3015, AT4). ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA INTENSIDADE DIGITAL E PERFORMANCE NOS BANCOS TRADICIONAIS E DIGITAIS NO BRASIL. João Carlos Gonçalves; Jomar Miranda Rodrigues.

MEDIADOR(A): Prof. Dr. Luiz Carlos Marques dos Anjos e Adelmo Ferreira Santos

Sala 5. Sessão 12 (quinta, 17/09, 16h00 às 18h00): Educação financeira e comportamento: vieses, currículos, previdência e consumo

Trabalho 1 (3017, AT3). RACIONALIDADE E VIESES EM DECISÕES DE INVESTIMENTO. *Juliana Ferreira de Carvalho; Daniel Soares de Souza.*

Trabalho 2 (3013, AT3). FINANÇAS PESSOAIS NOS CURSOS DE NEGÓCIOS DAS IFES BRASILEIRAS. *Ana Luiza Rodrigues de Almeida; Pedro Augusto Cazuza Trindade; Gilberto Crispim da Silva.*

Trabalho 3 (3008, IC). EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR: ENTRE INCERTEZAS E ESCOLHAS. *Adrienne Alves* Araújo; José Alves Dantas.

Trabalho 4 (3027, AT7). EDUCAÇÃO FINANCEIRA, SUSTENTABILIDADE E VALORIZAÇÃO EDUCACIONAL NO ENSINO MÉDIO TÉCNICO. Jonatas Guilherme Ferraz dos Santos Oliveira; Fernando José Vieira Torres; Eliana Andréa Severo; Joséte Florencio dos Santos.

MEDIADOR(A): Prof. Dr. José Alves Dantas e Daniel Soares de Souza

Sala 6. Sessão 13 (quinta, 17/09, 16h00 às 18h00): Orçamento e execução do gasto: transferências voluntárias, Fundeb e LRF, assistência estudantil e orçamento verde

Trabalho 1 (2957, AT6). A ALOCAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS NO ESTADO DO PARÁ: EVIDÊNCIAS SOB A PERSPECTIVA DO FEDERALISMO FISCAL E DA TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA. Rafael Larêdo Mendonça; Glauber de Castro Barbosa.

Trabalho 2 (3012, AT6). FUNDEB E GESTÃO FISCAL MUNICIPAL: A APLICAÇÃO MÍNIMA DE 70% PRESSIONA O LIMITE DE DESPESA COM PESSOAL DA LRF? EVIDÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS DA ASSUDOESTE (2022–2025). Ana Lidia de Oliveira Munhós; Francielle Rodrigues N. Voltarelli de Freitas; Djones Derkyan Teixeira dos Santos; Edilson Bezerra da Silva.

Trabalho 3 (2996, AT6). ORÇAMENTO QUE NÃO CHEGA AO ESTUDANTE: ANÁLISE DA AÇÃO 4002 PNAES ENTRE 2023 E 2025. Tiago de Moura; Gilmara Martins de Oliveira; Manoel Francelino dos Santos Filho.

Trabalho 4 (2992, AT5). GOVERNANÇA DO ORÇAMENTO VERDE: MODELO DE MATURIDADE E EVIDÊNCIAS INTERNACIONAIS COMPARADAS. Pedro de Morasi Godinho; Diana Vaz de Lima; Luiz Felipe Martins Siqueira Laino.

MEDIADOR(A): Prof. Dr. Abimael de Jesus Barros Costa e Glauber de Castro Barbosa

Sala 7. Sessão 14 (quinta, 17/09, 16h00 às 18h00): Controle e integridade: fraudes em licitações, IA generativa, painéis de transparência e acompanhamento do TCU

Trabalho 1 (2960, AT6). FRAUDES EM LICITAÇÕES PÚBLICAS: UM ENSAIO TEÓRICO SOBRE OS LIMITES DA LEGALIDADE E OS VAZIOS DA INTEGRIDADE. Denise Fernandes Nascimento; Rodrigo de Souza Gonçalves; Andréa de Oliveira Gonçalves.

Trabalho 2 (2970, AT6). INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA, TRANSPARÊNCIA E ACCOUNTABILITY NA AUDITORIA GOVERNAMENTAL. Marcos Valério Martins Soares; Arthur dos Santos; Henrique Esteves Murta.

Trabalho 3 (3048, AT6). BUSINESS INTELLIGENCE E TRANSPARÊNCIA PÚBLICA: APLICAÇÃO DE UM PAINEL ANALÍTICO DE EMENDAS PARLAMENTARES EM UMA UNIVERSIDADE FEDERAL. *Antônio* Marcio Lopes Bezerra; Jeremias Pereira da Silva Arraes; Guilherme Luis da Costa; Lucas Teles de Alcântara.

Trabalho 4 (3009, AT6). DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO NOS PARECERES PRÉVIOS DO TCU: APONTAMENTOS E FOLLOW-UP DAS RECOMENDAÇÕES (2015-2024). *Tomas Mariano Ramalho Abe; Abimael de Jesus Barros Costa.*

MEDIADOR(A): Profª Drª Lidiane Dias e Profª Drª Andréa de Oliveira Gonçalves

Sala 8. Sessão 15 (quinta, 17/09, 16h00 às 18h00): Estado sob escrutínio: recuperação de ativos, accountability algorítmica, referenciais de governança e financiamento partidário

Trabalho 1 (3028, AT1). VALOR PÚBLICO NA RECUPERAÇÃO DE ATIVOS: UMA ANÁLISE UTILIZANDO O TRIÂNGULO ESTRATÉGICO DE MOORE. *Giovanni Magliano Júnior.*

Trabalho 2 (2989, AT1). QUEM CONTROLA OS ALGORITMOS DO ESTADO? DESAFIOS DA ACCOUNTABILITY ALGORÍTMICA EM RELAÇÃO AOS TRIBUNAIS DE CONTAS BRASILEIROS. *Nelson Guilherme Silva Ramos;* Roberto Sérgio do Nascimento; Arnaldo Fernandes de Almeida Júnior; Vanize de Freitas Guimarães.

Trabalho 3 (2976, AT6). GOVERNANÇA PÚBLICA ENTRE DISCURSO E PRÁTICA: UMA ANÁLISE DA CGE-AM E DO TCE-AM À LUZ DO FRAMEWORK IFAC/CIPFA. Daiany Cristina Conceição da Silva; Warleson Bruno Anhape Andrade; Nyalle Barboza Matos; Victor Godeiro de Medeiros Lima.

Trabalho 4 (3044, AT4). DA DEPENDÊNCIA PRIVADA À DEPENDÊNCIA PÚBLICA NO FINANCIAMENTO PARTIDÁRIO: OS EFEITOS DA REFORMA POLÍTICO-ELEITORAL DE 2015– 2017 SOBRE AS RECEITAS, AS DESPESAS E A PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS ÓRGÃOS PARTIDÁRIOS NO BRASIL E NO DISTRITO FEDERAL (2010–2022). *William Pereira de Carvalho.*

MEDIADOR(A): Prof. Dr. Roberto Sérgio do Nascimento e Profª Drª Nyalle Barboza Matos

3ª PARTE (sexta-feira, 18/09, 8h30 às 10h00)

Sala 1. Sessão 16 (sexta, 18/09, 8h30 às 10h00): O julgamento do auditor e seus limites: hiperintangibilidade, ceticismo e alerta de continuidade

Trabalho 1 (2917, AT1). ALICE NO PAÍS DA AUDITORIA: HIPERINTANGIBILIDADE E O RELEVANTEMENTE AUDITÁVEL. *Andréa* Alves Corrêa; Israel Vila Verde Belém.

Trabalho 2 (3040, AT1). DETERMINANTES DA EVIDENCIAÇÃO DO RISCO DE CONTINUIDADE NOS RELATÓRIOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE DAS COMPANHIAS ABERTAS BRASILEIRAS. *William* Pereira de Carvalho; Luiz Fernando Guedes; Paulo Cesar de Melo Mendes.

Trabalho 3 (2963, AT1). QUALIDADE DA AUDITORIA EM ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA ANÁLISE TEÓRICO-CRÍTICA DO BOARD OF AUDITORS DA ONU. *Marcelo da Silva Sousa; José Alves Dantas.*

MEDIADOR(A): Prof Dr. Paulo Cesar de Melo Mendes e Paulo Suero dos Santos Cavalcanti Moreira

Sala 2. Sessão 17 (sexta, 18/09, 8h30 às 10h00): Teoria e normas no setor público: IPSAS, organizações internacionais e patrimônio cultural

Trabalho 1 (2994, AT6). LEASING NO SETOR PÚBLICO E TEORIA DA CONTABILIDADE: DA IPSAS 13 À IPSAS 43 E AS TENSÕES CONCEITUAIS. Giovanna Ribeiro Araujo de Souza; Beatriz Fátima Morgan; Abimael de Jesus Barros Costa.

Trabalho 2 (3020, AT6). PARADOXO DA TRANSPARÊNCIA NAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS: EXISTE GERENCIAMENTO DE RESULTADOS NA ONU?. *Lucas M. Nutels; Marcelo da Silva Sousa.*

Trabalho 3 (3030, AT6). HERITAGE ASSETS E OS LIMITES ÉTICOS DA REPRESENTAÇÃO MONETÁRIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA ANÁLISE TEÓRICO- CONCEITUAL. *Mariana Porto Fenandes; Luiza Arcangela de Almeida Pinheiro.*

MEDIADOR(A): Profª Drª Claudia Ferreira Cruz e Profª Drª Anna Paola Fernandes Freire

Sala 3. Sessão 18 (sexta, 18/09, 8h30 às 10h00): Orçamento e relato da União: financiamento da educação superior, emendas e relato integrado

Trabalho 1 (2988, AT6). DEZ ANOS DE RELATO INTEGRADO NO SETOR PÚBLICO FEDERAL BRASILEIRO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA. Mariana Azevedo Alves; Isabelle Caroline Bevilaqua; Marguit Neumann; Aloísio Ventura dos Santos Neto.

Trabalho 2 (2969, AT6). CAPACIDADE FISCAL, EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. *Marcos* Valério Martins Soares; Marcelo Driemeyer Wilbert.

Trabalho 3 (2995, AT6). ORÇAMENTO IMPOSITIVO E DESAFIOS NA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE EMENDAS NA SUDAM. *Keppler João Assis da* Mota Júnior; Leila Marcia Sousa de Lima Elias; Diana Vaz de Lima.

MEDIADOR(A): Profª Drª Diana Vaz de Lima e Giovanni Magliano Junior

Sala 4. Sessão 19 (sexta, 18/09, 8h30 às 10h00): O Estado avaliado: risco moral e índices de governança e transparência (TCU e CNJ)

Trabalho 1 (2966, AT6). RISCO MORAL NO FEDERALISMO FISCAL BRASILEIRO: DESAFIOS DE MENSURAÇÃO EM UM AMBIENTE DE RESTRIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS FLEXÍVEIS. *Glauber de Castro Barbosa; César Augusto Tibúrcio Silva.*

Trabalho 2 (2981, AT6). TRANSPARÊNCIA PARA QUEM? AVALIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA FORMAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO BRASILEIRA. Amanda Romeiro Macedo; Gabriela Pinheiro Rezende; Roberto Sérgio do Nascimento; Francisco Felipe Ramos Rodrigues Lima.

Trabalho 3 (3022, AT6). GOVERNANÇA PÚBLICA NAS IFES: ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DOCENTE E DA QUALIDADE DOS CURSOS SOBRE O IESGO. Martha Maria Lisboa Ferreira Francelino; Manoel Francelino dos Santos Filho; Tiago de Moura.

MEDIADOR(A): Profª Drª Mayla Cristina Costa Maroni Saraiva e Profª Drª Laize Almeida de Oliveira

Sala 5. Sessão 20 (sexta, 18/09, 8h30 às 10h00): ESG e mercado de capitais: Resolução CVM 244, asseguração e valor das firmas

Trabalho 1 (3018, AT5). CVM 244 – ESTUDO DE EVENTO SOBRE A SINALIZAÇÃO ESG PÓS FLEXIBILIZAÇÃO. *Idamo Favalessa de Aquino; Ana Luiza Mendes Menezes Santiago; Sérgio Ricardo Miranda Nazaré; Danielle Montenegro Salomone Nunes.*

Trabalho 2 (2961, AT5). O EFEITO DO RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO SOBRE O ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE B3). Felipe Gonçalves Bastos; Roberto Miranda Pimentel Fully; Vidigal Fernandes Martins; André Luis Milagres Fernandes.

Trabalho 3 (3021, AT5). O EFEITO DAS DIMENSÕES AMBIENTAL, SOCIAL E DE GOVERNANÇA SOBRE O VALOR DAS FIRMAS BRASILEIRAS. Ana Clara de Melo Reis; Diego dos Santos Reimol; Monica Cristina Sobreira; Rodrigo de Oliveira Leite.

MEDIADOR(A): Prof. Dr. Diego dos Santos Reimol e Polliany Maisa Alves

Sala 6. Sessão 21 (sexta, 18/09, 8h30 às 10h00): Companhias abertas: carga tributária efetiva, incentivos fiscais e covenants

Trabalho 1 (3007, IC). CARGA TRIBUTÁRIA DAS COMPANHIAS ABERTAS: EVOLUÇÃO TEMPORAL E ANÁLISE INTERSETORIAL. *Letícia de* Sousa Pereira; José Alves Dantas.

Trabalho 2 (3039, IC). INCENTIVOS FISCAIS, TRIBUTAÇÃO EFETIVA E DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO: EVIDÊNCIAS DE EMPRESAS BRASILEIRAS. *Daiani Souza Alves Castro; Kéren Karla Rodrigues da Cruz; Vagner Antônio Marques.*

Trabalho 3 (3041, IC). Associação entre os Covenants e o nível de conservadorismo nas empresas brasileiras listadas na B3. *Pedro Henrique de Oliveira; Júlio Orestes da Silva; Camila Araujo Machado.*

MEDIADOR(A): Profª Drª Lorena Almeida Campos e Kessyane Horbucz

Sala 7. Sessão 22 (sexta, 18/09, 8h30 às 10h00): Inteligência artificial e processos: mineração, educação continuada e a profissão contábil

Trabalho 1 (3034, AT1). MINERAÇÃO DE PROCESSOS NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA. *Marcelo Rodrigo da* Silva; Alex Laquis Resende.

Trabalho 2 (2965, IC). A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO CONTINUADA: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DOS CONSELHOS REGIONAIS DE CONTABILIDADE. *Wendell de Almeida Dias; Mariana Pereira Bonfim.*

Trabalho 3 (2984, AT7). INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA CONTABILIDADE: INIMIGA OU ALIADA?. *Jose Augusto Sousa Martins.*

MEDIADOR(A): Prof. Dr. Alex Laquis Resende e Marcelo da Silva Sousa

2026

RESUMOS
ABSTRACTS

ATI



Coordenadora de Área
Profª. Drª. Elionor Farah Jreige Weffort
FECAP

Área Temática

AUDITORIA E PERÍCIA

Abrange estudos sobre auditoria interna e externa, perícia contábil, controles internos, governança corporativa, compliance, prevenção a fraudes e gestão de riscos. Integra ainda práticas de transparência e prestação de contas em diferentes contextos organizacionais.

AT1 - 2917

Alice no país da auditoria: hiperintangibilidade e o relevantemente auditável

Andréa Alves Corrêa
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: andreacorrea12@gmail.com

Israel Vila Verde Belém
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: israelvilaverde@live.com

RESUMO

A auditoria independente, concebida para a economia industrial de base material e documental, enfrenta limites epistemológicos diante da atual hiperintangibilidade e da centralidade de algoritmos e narrativas de valor. Este ensaio teórico utiliza a metáfora de Alice no País das Maravilhas para ilustrar a ruptura contemporânea entre forma e substância econômica. Argumenta-se que rituais de conformidade sofisticados podem gerar uma ilusão de controle em cenários de elevada opacidade patrimonial e risco sistêmico invisível. O estudo dialoga com arquiteturas emergentes, como a *Triple Entry Accounting*, interpretando-as como sintomas do esgotamento do paradigma documental. Como síntese, propõe-se o conceito de Relevantemente Auditável: uma chave analítica complementar para priorizar o escrutínio auditorial com base na opacidade, assimetria informacional e impacto socioeconômico. Conclui-se que a auditoria do século XXI exige o deslocamento do foco da forma societária para a substância econômica do risco, consolidando o auditor como agente de inteligibilidade e confiança em uma economia imaterial.

Palavras-chave: Auditoria independente. Ativos intangíveis. Hiperintangibilidade. Risco sistêmico. Relevantemente auditável.
Método da Pesquisa: MET5 - Ensaio Teórico
Área de Conhecimento da Pesquisa: AT1 - Contabilidade, Auditoria e Governança

AT1 - 2959

Efeito SPILLOVER das sanções de PLD nos honorários de auditoria

Andréa Alves Corrêa
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: andreacorrea12@gmail.com

Israel Vila Verde Belém
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: israelvilaverde@live.com

Paulo Cesar de Melo Mendes
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: mendes@unb.br

RESUMO

Este estudo investigou o efeito de contágio (*spillover*) das sanções administrativas de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD) sobre os honorários de auditoria de instituições financeiras listadas na B3. Fundamentado na Teoria Positiva da Contabilidade, o trabalho examina se o *enforcement* regulatório em PLD afeta a precificação da auditoria por meio de sanções diretas e de mecanismos indiretos associados à exposição dos auditores ao risco regulatório. A pesquisa utiliza dados em painel (2018-2025), combinando informações de honorários de auditoria e sanções de PLD aplicadas pelo BACEN. A estratégia empírica baseia-se em regressões com efeitos fixos, controlando determinantes clássicos dos honorários e proxies de intensidade regulatória. Os resultados revelam um achado contraintuitivo: embora a literatura preveja que o aumento do risco regulatório eleve os honorários de auditoria, não foram encontradas evidências de aumento dos honorários para instituições sancionadas nem para clientes de auditores expostos a sanções. Em contraste, períodos de maior intensidade sancionatória no setor financeiro estão associados a menores honorários de auditoria. Os resultados sugerem que os efeitos do *enforcement* em PLD se manifestam predominantemente em nível setorial, contrariando os modelos tradicionais de precificação do risco de auditoria.

Palavras-chave: Honorários de Auditoria *Enforcement Regulatório*. Efeito de Contágio. Mercado Financeiro Brasileiro. Prevenção à Lavagem de Dinheiro;
Método da Pesquisa: MET3 - Arquivo/Banco de Dados
Área de Conhecimento da Pesquisa: AT1 - Contabilidade, Auditoria e Governança

AT1 - 2963

Qualidade da auditoria em organizações internacionais: uma análise teórico-crítica do board of auditors da ONU

Marcelo da Silva Sousa
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: marcelo.sousa@unb.br

José Alves Dantas
Universidade de Brasília - UnB
E-mail:josealvesdantas@unb.br

RESUMO

Este ensaio teórico tem como objetivo analisar criticamente a adequação dos referenciais tradicionais de qualidade da auditoria ao contexto do *Board of Auditors* (BoA) da ONU, considerando sua natureza multilateral, rotativa e composta por *Supreme Audit Institutions* (SAIs). A fundamentação teórica articula a literatura clássica de qualidade da auditoria no setor privado, especialmente a noção de competência e independência, com referenciais de auditoria pública, *accountability*, governança multinível e organizações internacionais. O argumento desenvolvido indica que os modelos dominantes, baseados em firmas privadas, mercados nacionais, reputação comercial, honorários, litígios e supervisão regulatória, são insuficientes para explicar plenamente a qualidade da auditoria no âmbito do BoA. Conclui-se que a avaliação da qualidade deve incorporar dimensões como independência institucional, competência técnica, coordenação multinacional, continuidade em ambiente rotativo, consistência metodológica, clareza dos relatórios, efetividade das recomendações e *accountability* do próprio auditor. A principal contribuição do estudo é ampliar o debate sobre qualidade da auditoria para além dos contextos privados e nacionais, oferecendo um enquadramento analítico mais adequado às especificidades das organizações internacionais.

Palavras-chave: *Board of Auditors da ONU.* Organizações Internacionais. Qualidade da Auditoria.

Método da Pesquisa: MET5 - Ensaio Teórico

Área de Conhecimento da Pesquisa: AT1 - Contabilidade, Auditoria e Governança

AT - 2968

Arquitetura de dados e IFRS 18: governança tecnológica e mitigação do risco operacional

Andréa Alves Corrêa
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: andreacorrea12@gmail.com

Daniel dos Santos Costa
Universidade Estácio de Sá
E-mail: sandansan@gmail.com

Danielle Montenegro Salamone Nunes
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: dmontenegro@unb.br

Sergio Ricardo Nazaré Miranda
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: sergionazare@unb.br

RESUMO

A transição para a IFRS 18 amplia o julgamento contábil na classificação de receitas e despesas, criando desafios em ambientes regulados pela fricção entre normas baseadas em princípios e exigências métricas da supervisão bancária. Este estudo investiga como a governança de dados e a arquitetura tecnológica mitigam o risco operacional associado à IFRS 18 em instituições financeiras. A pesquisa adota abordagem quantitativa e exploratória, com *survey* aplicado a 54 profissionais seniores, analisado por PLS-SEM. Os resultados indicam que a maturidade em governança de dados e tecnologia exerce efeito negativo e estatisticamente significativo sobre a percepção de risco operacional e complexidade de auditoria, configurando-se como o principal fator mitigador identificado. Não houve evidências suficientes para confirmar o efeito direto do julgamento contábil sobre o risco operacional, nem o efeito moderador da governança tecnológica nessa relação. Os achados sugerem que a exposição ao risco decorre menos da subjetividade normativa isolada e mais da capacidade institucional de sustentar o julgamento contábil por sistemas integrados, trilhas auditáveis, reconciliações automatizadas e controles robustos. Conclui-se que a eficácia da IFRS 18 depende de arquitetura informacional capaz de integrar contabilidade, tecnologia e gestão de riscos.

Palavras-chave: Auditoria digital. Governança de dados.IFRS 18. PLS-SEM. Risco operacional.
Método da Pesquisa: MET7 - *Survey*
Área de Conhecimento da Pesquisa: AT1 - Contabilidade, Auditoria e Governança

AT1 - 2989

Quem controla os algoritmos do estado? desafios da accountability algorítmica em relação aos tribunais de contas brasileiros

Nelson Guilherme Silva Ramos
Mestrado em Controle da Administração (ISC/TCU)
E-mail: ngsramos@gmail.com

Roberto Sérgio do Nascimento
Universidade Federal do Ceará (UFC) e Tribunal de Contas da União (TCU)
E-mail: robertosdn75@ufc.br; robertosn@tcu.gov.br

Arnaldo Fernandes de Almeida Júnior
Mestrado em Controle da Administração (ISC/TCU)
E-mail: arnaldojr92@hotmail.com

Vanize de Freitas Guimarães
Mestrado em Controle da Administração (ISC/TCU)
E-mail: vanizegeo@gmail.com

RESUMO

O presente estudo analisa em que medida a atuação dos órgãos de controle externo na auditoria de sistemas de inteligência artificial (IA) de alto risco, no setor público brasileiro, está alinhada aos referenciais internacionais de governança e accountability algorítmica. A fundamentação teórica articula a literatura de governança de IA, auditoria algorítmica e teoria da caixa-preta. A metodologia adota abordagem qualitativa, de natureza aplicada e caráter descritivo-exploratório, estudo de casos múltiplos e análise comparativa entre frameworks internacionais e evidências empíricas, tendo por base quatro eixos temáticos (transparência, justiça, robustez e accountability) associados aos setores saúde e segurança pública, selecionados em razão do alto risco que envolvem. Os resultados apontaram para lacunas em todos os eixos, evidenciando o distanciamento entre os padrões normativos e a prática administrativa. Em relação aos setores analisados, houve tendência de vigilância e seletividade penal no primeiro e opacidade quanto à equidade distributiva no segundo. Como contribuições, o estudo oferece evidências para a incorporação da auditoria algorítmica como instrumento de fiscalização pelos órgãos de controle externo.

Palavras-chave: Accountability. Auditoria Algorítmica. Controle Externo. Governança Pública. Inteligência Artificial.
Método da Pesquisa: MET7 - Survey
Área de Conhecimento da Pesquisa: AT1 - Contabilidade, Auditoria e Governança

AT1 - 2997

Narcisismo e ceticismo profissional de auditores independentes: evidências do contexto brasileiro

Wesley Brito de Andrade
Universidade Estadual do Ceará - UECE
E-mail: wesley.brito@aluno.uece.br

Lorena Costa de Oliveira Araujo
Programa de Pós-graduação em Administração - PPGA/UECE
E-mail: lorenacosta.araujo@uece.br

Paolo Giuseppe Lima de Araujo
Universidade Estadual do Ceará - UECE
E-mail: paolo.araujo@uece.br

Germana Cordeiro de Souza Chaves
Programa de Pós-graduação em Administração e Controladoria - PPAC/UFC
E-mail: germana.chaves@alu.ufc.br

RESUMO

Este estudo analisa a relação entre o traço de personalidade narcisista e o ceticismo profissional de auditores independentes no contexto brasileiro. Com suporte na literatura sobre ceticismo profissional, *Dark Triad* e narcisismo, argumenta-se que a autoconfiança associada ao narcisismo pode assumir efeitos disfuncionais quando reduz a abertura cognitiva necessária à avaliação crítica das evidências. A pesquisa utiliza *survey* com 311 auditores independentes brasileiros, mensurando o narcisismo pela subescala da *Short Dark Triad* e o ceticismo profissional por dimensões da escala de Hurtt. Os dados foram analisados por modelagem de equações estruturais pelos mínimos quadrados parciais. Os resultados indicam associação negativa e estatisticamente significativa entre narcisismo e ceticismo profissional. A relação negativa também se mantém para mente questionadora, suspensão do julgamento e busca de conhecimento. Conclui-se que níveis mais elevados de narcisismo podem reduzir a predisposição do auditor para questionar evidências, adiar conclusões e buscar informações adicionais. O estudo contribui, ao examinar o narcisismo de forma isolada como antecedente comportamental do ceticismo profissional, bem como oferece subsídios para formação, supervisão e revisão da qualidade em auditoria.

Palavras-chave: Auditoria Independente. Ceticismo profissional. Dark Triad. Narcisismo.
Método da Pesquisa: MET7 - Survey
Área de Conhecimento da Pesquisa: AT1 - Contabilidade, Auditoria e Governança

AT1 - 3028

Valor público na recuperação de ativos: uma análise utilizando o triângulo estratégico de Moore

Giovanni Magliano Júnior
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: 251100087@aluno.unb.br

RESUMO

Este ensaio teórico tem o objetivo de revisar sistematicamente a literatura sobre apreensão e gestão de ativos oriundos de crimes. O método utilizado foi o de Revisão Sistemática da Literatura (SLR), com aplicação da técnica estatística de clusterização multivariada para classificar a literatura prévia. A fundamentação teórica da pesquisa é embasada pelo Triângulo Estratégico de Moore (1995), analisando a política sob as dimensões do valor público, legitimidade e capacidade operacional. O resultado da clusterização revelou três blocos de pesquisas anteriores: lavagem de dinheiro, recuperação de ativos e aspectos legais da apreensão. A análise evidenciou escassez de estudos contábeis sobre os custos de armazenamento de ativos do Estado. As conclusões indicam que falhas operacionais e ineficiências na preservação dos bens geram a destruição de valor público, impedindo o Estado de efetivamente recuperar valores em favor da sociedade. As contribuições do estudo evidenciam o déficit de abordagens empíricas na área e propõem uma agenda de pesquisas futuras focada nos custos de oportunidade do armazenamento e na alienação de bens apreendidos pelo setor público.

Palavras-chave: Gestão de Bens Apreendidos. Recuperação de Ativos. Triângulo Estratégico de Moore. Valor Público.
Método da Pesquisa: Ensaio Teórico.
Área de Conhecimento da Pesquisa: AT1 - Contabilidade, Auditoria e Governança.

AT1 - 3034

Mineração de processos na gestão pública municipal: uma revisão sistemática

Marcelo Rodrigo da Silva
Universidade de São Paulo - USP
E-mail: marcelo.rodrigo1995@gmail.com

Alex Laquis Resende
Universidade de Brasília - UNB
E-mail: laquis@unb.br

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar a produção científica brasileira sobre a aplicação da mineração de processos na gestão pública, com ênfase no nível municipal. Adota-se uma revisão sistemática da literatura, fundamentada no Business Process Management, na gestão baseada em evidências e nas teorias de governança e accountability, que sustentam a relevância da técnica para a modernização administrativa. Os resultados evidenciam que a mineração de processos tem sido aplicada principalmente para mapear fluxos administrativos, identificar gargalos, retrabalhos e desvios de conformidade. Observa-se ainda a predominância de estudos em órgãos federais e estaduais, revelando lacuna significativa no contexto municipal. As conclusões indicam que a técnica contribui para eficiência, transparência, padronização e fortalecimento da governança pública, embora desafios como baixa qualidade dos logs, limitações tecnológicas e barreiras organizacionais ainda restrinjam sua implementação. O estudo contribui, ao sistematizar evidências, identificar tendências e apontar oportunidades para ampliar o uso da mineração de processos como instrumento estratégico para a gestão pública municipal.

Palavras-chave: Gestão Pública Municipal. Governança. Mineração de Processos. Transparência.
Método da Pesquisa: Crítico/Interdisciplinar
Área de Conhecimento da Pesquisa: Contabilidade, Auditoria e Governança

AT1 - 3040

Determinantes da evidenciação do risco de continuidade nos relatórios de auditoria independente das companhias abertas brasileiras

William Pereira de Carvalho
Universidade de Brasília - UNB
E-mail: william.carvalho@aluno.unb.br

Luiz Fernando Guedes
Universidade de Brasília - UNB
E-mail: lfguedes20@gmail.com

Paulo Cesar de Melo Mendes
Universidade de Brasília - UNB
E-mail: mendes@unb.br

RESUMO

O estudo analisa os determinantes da evidenciação do risco de continuidade operacional (*going concern*) em relatórios de auditoria de companhias abertas brasileiras entre 2021 e 2025. O objetivo é verificar a associação entre indicadores econômico-financeiros, características do auditor e a sinalização de incertezas relevantes. Ancora-se nas Teorias da Agência e do Sinal, assimetria informacional e conservadorismo condicional. O método consistiu em uma abordagem quantitativa e documental com 1.291 observações de 318 empresas da B3, utilizando o modelo de regressão logística binária (*logit*). Os resultados revelam que EBITDA, endividamento geral e liquidez corrente são preditores significativos, sendo a participação de capital de terceiros o fator mais crítico para a emissão do alerta (Coef. 8,9). Contrariamente ao previsto, firmas *Big four* apresentaram menor probabilidade de emitir alertas, sugerindo um efeito de seleção de clientes. Evidenciou-se que os auditores calibram o sinal à gravidade da incerteza, optando majoritariamente (78,6%) por parágrafos de ênfase em relatórios sem ressalva para evitar o efeito de "profecia autorrealizável" e manter a função informacional. O estudo contribui ao oferecer evidências granulares sobre gatilhos financeiros, auxiliando na avaliação da qualidade e tempestividade dos alertas no Brasil.

Palavras-chave: Alerta. Auditoria. Parecer. Risco de Continuidade.
Método da Pesquisa: AT1 - Contabilidade, Auditoria e Governança
Área de Conhecimento da Pesquisa: MET3 - Arquivo/Banco de Dados

AT1 - 3047

Falha do ceticismo profissional do auditor: um *framework* multirrotas

Germana Cordeiro de Souza Chaves
Programa de Pós-graduação em Administração e Controladoria - PPAC/UFC
E-mail: germana.chaves@alu.ufc.br

Editinete André da Rocha Garcia
Programa de Pós-graduação em Administração - PPGA/UECE
E-mail: editinete@ufc.br

Sandra Maria dos Santos
Programa de Pós-graduação em Administração e Controladoria - PPAC/UFC
E-mail: smsantos@ufc.br

Lorena Costa de Oliveira Araujo
Programa de Pós-graduação em Administração - PPGA/UECE
E-mail: lorenacosta.araujo@uece.br

RESUMO

Este estudo propõe um *framework* teórico integrado para explicar a falha do ceticismo profissional do auditor à luz da Teoria do Processo Dual, do programa de *Heurísticas e Vieses* e da distinção entre julgamento cético e ação cética. Trata-se de ensaio teórico-conceitual, desenvolvido por adaptação teórica e modelagem conceitual, com base em literatura seminal e empírica sobre cognição, julgamento profissional e auditoria. Como resultado, organiza-se a falha do ceticismo em três rotas: redução dos recursos do Sistema 2 em contextos de pressão e complexidade; automaticidade disfuncional associada à experiência e à familiaridade; e bloqueio motivacional-organizacional da conversão do julgamento em ação cética. Conclui-se que a falha do ceticismo não deve ser explicada apenas pela ausência de uma disposição individual estável, mas pela interação entre recursos cognitivos, incentivos e arranjos organizacionais. O estudo contribui ao integrar mecanismos dispersos em uma arquitetura multirrotas, derivar proposições teoricamente fundamentadas e empiricamente investigáveis, e orientar intervenções para reduzir demandas cognitivas, interromper automatismos e diminuir barreiras à ação cética.

Palavras-chave: Auditoria. Ceticismo profissional. Heurísticas e Vieses. Julgamento Profissional. Teoria do Processo Dual.
Método da Pesquisa: MET5 - Ensaio Teórico
Área de Conhecimento da Pesquisa: AT1 - Contabilidade, Auditoria e Governança

AT2



Coordenador de Área
Prof. Dr. Roberto Carlos Klann
FURB

Área Temática

CONTABILIDADE FINANCEIRA

Envolve pesquisas de temas relacionados aos procedimentos de mensuração, reconhecimento e evidenciação das informações contábeis, que influenciam o processo decisório do usuário externo, excetuando pesquisas que envolvam os mercados financeiros, de créditos e de capitais.

AT2 - 2983

Representação da realidade econômica: entre princípios, regras e julgamento profissional

Glauber de Castro Barbosa
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: glaubercb@gmail.com

Vinícius Alves dos Santos Pereira
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: viniciusunbdf@gmail.com

RESUMO

Este estudo tem por objetivo analisar criticamente os conceitos de essência sobre a forma, *true and fair view*, *true and fair view override* e representação fidedigna, explorando suas inter-relações, tensões e limitações de operacionalização na representação da realidade econômica pela contabilidade. Trata-se de ensaio teórico de natureza crítico-reflexiva, fundamentado na teoria da contabilidade, na regulação contábil, no debate entre normas baseadas em princípios e regras, bem como na literatura sobre julgamento profissional, ambiente institucional e epistemologia da representação contábil. Os resultados sugerem que tais constructos podem ser compreendidos como mecanismos complementares voltados à representação da realidade econômica, embora sua operacionalização permaneça condicionada por fatores institucionais, regulatórios, culturais, educacionais e tecnológicos. Conclui-se que a efetividade de modelos orientados por princípios depende não apenas da sofisticação normativa, mas também das condições institucionais que sustentam o exercício do julgamento profissional. Como contribuições, o estudo integra conceitos frequentemente tratados de forma fragmentada na literatura, evidencia potenciais lacunas na formação acadêmica e problematiza possíveis impactos da inteligência artificial nos processos de contabilidade e auditoria.

Palavras-chave: Essência sobre a Forma. Override. Representação Fidedigna. True and Fair View.
Método da Pesquisa: MET5 - Ensaio Teórico
Área de Conhecimento da Pesquisa: AT 2 - Contabilidade Financeira

AT2 - 2987

Debates conceituais na revisão da estrutura conceitual do IASB

Alinie Rocha Mendes
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL
E-mail: alinie.mendes@uemasul.edu.br

Jorge Katsumi Niyama
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: jorgekatsumi@gmail.com

RESUMO

Este estudo analisa as contribuições encaminhadas pelos stakeholders ao Exposure Draft ED/2015/3 (Conceptual Framework for Financial Reporting) e identifica os principais temas debatidos nas respostas às questões 8, 9 e 10. Fundamentado nos debates sobre mensuração, desempenho financeiro e Other Comprehensive Income (OCI), o estudo adota abordagem qualitativa, com análise documental de 232 cartas-comentário submetidas ao IASB e examinadas por análise temática. Os resultados evidenciam debates relacionados à mensuração, business model, prudência, stewardship, reliability, measurement uncertainty, desempenho financeiro e OCI. Observou-se consenso quanto ao aperfeiçoamento dos fundamentos conceituais da mensuração e do desempenho financeiro, bem como apoio à reintrodução da prudência e ao fortalecimento da stewardship. Persistiram divergências relacionadas à prudência assimétrica, à substituição da reliability pela faithful representation e ao tratamento da incerteza da mensuração e do OCI. Conclui-se que os desafios identificados possuem caráter global e contribuem para a compreensão das demandas dos stakeholders na revisão da Estrutura Conceitual do IASB.

Palavras-chave: Consulta Pública. Convergência Contábil Internacional. Estrutura Conceitual. Exposure Draft ED/2015/3. IASB
Método da Pesquisa: MET3 - Arquivo/Banco de Dados
Área de Conhecimento da Pesquisa: área temática 2: Contabilidade Financeira

AT2 - 3002

Evolução nas demonstrações financeiras? um estudo do CPC 51 com base na teoria da comunicação

Gilmara Martins de Oliveira
Universidade de Brasília - UNB
E-mail: gilmara.martins01@gmail.com

Tiago de Moura
Universidade de Brasília - UNB
E-mail: tiagomourabh@gmail.com

RESUMO

O presente ensaio teórico tem como objetivo, à luz de aspectos da Teoria da Comunicação, discutir a evolução da apresentação e comunicação junto aos stakeholders com a publicação da IFRS 18, no Brasil, aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis sob o CPC 51 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Segue a abordagem interpretativa-analítica e uma análise bibliográfica e documental. Sendo considerada a contabilidade como a linguagem dos negócios, e a publicação da nova norma tratar da apresentação das demonstrações contábeis, o ensaio se faz relevante ao ligar o CPC 51/IFRS 18 com conceitos da Teoria da Comunicação. A reflexão sobre a norma em questão e a Teoria da Comunicação colabora com a melhoria no entendimento da comunicação contábil para os usuários das informações geradas, principalmente pela Demonstração de Resultado.

Palavras-chave: CPC 51. Demonstração do Resultado. IFRS 18. Teoria da Comunicação.
Método da Pesquisa: MET5 - Ensaio Teórico
Área de Conhecimento da Pesquisa: AT2 - Contabilidade Financeira

AT2 - 3003

Criptoativos: suas principais características e uma proposta de expedientes práticos de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábil

Eduardo Seixas
Fucape Business School
E-mail: seixasfmly@outlook.com

RESUMO

O mundo dos negócios vem passando por relevantes transformações, numa agilidade cada vez maior e com incorporação de tecnologias disruptivas. Novos modelos de negócios, serviços financeiros e soluções desenvolvem-se a partir das premissas do blockchain, promovendo o surgimento de diferentes vertentes de soluções, operações financeiras/comerciais e criptoativos, tais como criptomoedas, stablecoins, CBDCs (Central Bank Digital Currencies) etc. Recentemente, as operações com criptoativos declaradas à Receita Federal do Brasil atingiram o volume de R$417 bilhões, com cerca de mais de 5 milhões de CPFs declarando operações, em expansão e líder na América Latina. Trata-se de fenômeno global, turbinado pela digitalização da economia pós-pandemia. Com isso, novos modelos de negócios são estabelecidos, criptoativos começam a ser parte da operação das empresas e, devido à sua novidade e complexidade, geram desafios de ordem prática para contadores, auditores, governos e diversos stakeholders. O objetivo desse ensaio teórico é expor conceitos teóricos e características relevantes dos criptoativos bitcoin, stablecoins e CBDCs, apresentar as referências contábeis existentes, promover análise crítica em relação às suas complexidades e desafios e gerar proposta de expedientes práticos de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábil.

Palavras-chave: Blockchain. Bitcoin. CBDC. Criptoativos. Stablecoin.
Método da Pesquisa: MET5 - Ensaio Teórico
Área de Conhecimento da Pesquisa: AT2 - Contabilidade Financeira

AT2 - 3005

Dupla divulgação do arrendamento bancário: o COSIF como último reduto formalista

Antônio José Rosa da Silva
Universidade de Brasília - UNB
E-mail: antonio.jose@aluno.unb.br

RESUMO

Este ensaio analisa a adoção do CPC 06 (R2) pelos bancos brasileiros, obrigatória a partir de 2025, examinando como ela altera o reconhecimento e a evidenciação do arrendamento sob a coexistência dos padrões Cosif e IFRS e distinguindo os papéis de arrendatária e arrendadora. Fundamenta-se na primazia da essência econômica sobre a forma jurídica e na teoria da regulação contábil como atividade política. Trata-se de um ensaio teórico que combina análise documental de normas e literatura nacional e internacional, ilustrado por evidência descritiva das demonstrações financeiras de bancos, de 2014 a 2025, nos dois padrões, com base na presença textual conjunta do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento. Os resultados mostram que esses elementos figuram nas demonstrações em IFRS desde 2019, mas só ingressam nas demonstrações em Cosif a partir de 2025, configurando divergência intraentidade sob dupla divulgação, enquanto a lógica aplicável à arrendadora preservava o registro do bem no ativo. Conclui-se que o caso brasileiro tem particularidades frente à evidência internacional, pois o Cosif foi o último reduto do modelo formalista pré-IAS 17 para a arrendatária. O ensaio contribui ao evidenciar empiricamente o recorte setorial e ao conectá-lo à revisão pós-implementação do IFRS 16.

Palavras-chave: Arrendamento Mercantil. Bancos. Leasing. Cosif. IFRS.
Método da Pesquisa: MET5 - Ensaio Teórico
Área de Conhecimento da Pesquisa: AT2 - Contabilidade Financeira

AT2 - 3033

Tensões na mensuração contábil de criptomoedas sob a perspectiva da teoria contábil

Kessyane da Silva Novaes Horbucz
Universidade de Brasília - UNB
E-mail: kessynovaes@gmail.com

RESUMO

Este ensaio teórico examina as tensões inerentes à mensuração contábil das criptomoedas sob a lente da Teoria Contábil. A disrupção dos ativos digitais desafia os paradigmas tradicionais de reconhecimento e mensuração estabelecidos nos *frameworks* vigentes. O objetivo central é: a) examinar os conflitos teóricos inerentes à mensuração das criptomoedas; e b) promover uma reflexão sobre as limitações e possibilidades da teoria contábil quando confrontada com fenômenos que desafiam pressupostos fundamentais. Metodologicamente, a pesquisa fundamenta-se na perspectiva de Meneghetti (2011) e na articulação dialética de conceitos. A fundamentação teórica ancora-se nos *accounting standards* do IASB (IAS 38) e do FASB (ASU 2023-08). A análise revela que o tratamento contábil tradicional ao custo histórico sujeito a *impairment* gera assimetrias informacionais que distorcem indicadores financeiros e violam a representação fidedigna. Conclui-se que a inação normativa compromete a utilidade da informação, evidenciando que as criptomoedas atuam como um teste de estresse para a ciência contábil. A principal contribuição do estudo reside na provocação sobre a necessidade de evolução dos padrões contábeis e na sugestão de um período de "experimentação normativa" para capturar a substância econômica de ativos digitais híbridos.

Palavras-chave: *Accounting Standards*. Criptomoedas. Mensuração. Teoria Contábil. Tensões.

Método da Pesquisa: MET5 - Ensaio Teórico

Área de Conhecimento da Pesquisa: AT 2 - Contabilidade Financeira

AT3



Coordenador de Área
Prof. Dr. Silvio Hiroshi Nakao
USP - RP

Área Temática

CONTABILIDADE E FINANÇAS

Enfoca pesquisas que envolvam aspectos relacionados aos mercados financeiros, de créditos e de capitais, vinculados à informação contábil para o processo decisório do usuário externo, incluindo avaliação de investimentos.

AT3 -2985

Risco sistêmico no setor bancário brasileiro: evidências de bancos tradicionais e digitais a partir do Modelo CoVaR

Brenda Leite da Silva
Universidade Federal Fluminense - UFF
E-mail: brendaleite@id.uff.br

Aline Moura Costa da Silva
Universidade Federal Fluminense - UFF
E-mail: alinemoura@id.uff.br

Anna Paola Fernandes Freire
Universidade Federal da Paraíba - UFPB
E-mail: fernandess.ap@hotmail.com

Mariana Pereira Bonfim
Universidade Federal Fluminense - UFF
E-mail: marianabonfim@id.uff.br

RESUMO

Este estudo analisa o risco sistêmico no setor bancário brasileiro por meio de uma comparação entre bancos tradicionais e digitais listados na B3. Utiliza-se o modelo CoVaR para estimar o risco individual (VaR) e a contribuição marginal ao risco sistêmico (ΔCoVaR), com base em retornos diários entre 2018 e 2025. Os resultados indicam que bancos digitais apresentam maior risco individual, enquanto bancos tradicionais concentram maior contribuição ao risco sistêmico. Os achados evidenciam que risco individual e risco sistêmico não são convergentes e possuem determinantes distintos. O estudo contribui para a literatura ao fornecer evidências empíricas sobre a dinâmica do risco bancário em um mercado emergente.

Palavras-chave: Bancos Digitais. Brasil. CoVaR. Estabilidade Financeira. Risco Sistêmico.
Método da Pesquisa: MET3 - Arquivo/Banco de Dados
Área de Conhecimento da Pesquisa: AT3 - Contabilidade e Finanças

AT3 -2990

Fusões e aquisições, diversificação setorial e efeitos de pares na tributação corporativa das empresas brasileiras

Welington Goncalves Diniz
Universidade Federal do Espírito Santo -UFES
E-mail: welingtongoncalvesdiniz@gmail.com

Vagner Antônio Marques
Universidade Federal do Espírito Santo -UFES
E-mail: vagner.marques@ufes.br

RESUMO

Este estudo investiga se operações de fusões e aquisições (F&A) alteram os incentivos tributários das empresas ao modificar a estrutura competitiva e produtiva dos setores. Embora a literatura documente efeitos das F&A sobre desempenho e estrutura de mercado, ainda são limitadas as evidências sobre seus reflexos na tributação corporativa. Para preencher essa lacuna, analisaram-se 246 empresas não financeiras listadas na B3 entre 2010 e 2024, totalizando 2.266 observações firma-ano, com dados da Refinitiv. Utilizando modelos de painel com efeitos fixos, os resultados indicam que operações horizontais de F&A estão associadas ao aumento da diversificação produtiva dos setores. Setores mais diversificados apresentam maiores níveis de *Effective Tax Rate* (ETR) e *Long-Run Cash Effective Tax Rate* (LCETR), resultado compatível com a heterogeneidade de regimes tributários do contexto brasileiro. Observa-se que a ETR média dos pares setoriais está positivamente associada à ETR da firma focal, mas não à *Cash Effective Tax Rate* (CETR), sugerindo convergência por reporte contábil, e não por redução do imposto efetivamente pago. Os resultados conectam F&A, estrutura de mercado e tributação corporativa, indicando que seus efeitos tributários ocorrem indiretamente por mudanças na estrutura produtiva e no comportamento das firmas concorrentes.

Palavras-chave: Fusões e aquisições. Tributação corporativa. Diversificação setorial. Efeitos de pares. Estrutura de mercado. Fusões e Aquisições. Tributação Corporativa.

Método da Pesquisa: MET3 - Arquivo/Banco de Dados

Área de Conhecimento da Pesquisa: AT 3 - Contabilidade e Finanças

AT3 - 2999

Emissão de ações para reduzir o endividamento e as despesas financeiras decorrentes das dívidas pós-fixadas

Vanessa Aguiar Vieira
Fucape Business School - FUCAPE
E-mail: vieira.vanessaaguiar@gmail.com

Willian Amado Rodrigues
Faculdade Professor Miguel Ângelo Silva Santos -FeMASS
E-mail: willian_a.rodrigues@yahoo.com.br

Camilla Borges Sampaio
Faculdade Professor Miguel Ângelo Silva Santos -FeMASS
E-mail: camilla.sampaio@terra.com.br

Anírian Cristiane Unghare
Faculdade Professor Miguel Ângelo Silva Santos -FeMASS
E-mail: crisunghare@hotmail.com

RESUMO

O mercado financeiro no Brasil passou por uma grande evolução nos últimos anos, pois os avanços tecnológicos facilitaram o acesso às corretoras de valores mobiliários. O número de pessoas físicas na bolsa de valores aumentou de forma exponencial, permitindo ao mercado bater um novo recorde de ofertas públicas de ações em 2021. As empresas que possuem dívidas indexadas a esses indicadores viram suas despesas financeiras saltarem, consumindo grande parte de seus resultados operacionais, principalmente organizações com alto endividamento. Este trabalho teve como objetivo geral analisar como a emissão de ações pode reduzir o endividamento e as despesas financeiras elevadas decorrentes das dívidas pós-fixadas. Para isso, foi realizado um estudo de caso tendo como objetivos específicos: mensurar a estrutura de capital e o custo médio ponderado de capital da empresa, verificar os graus de alavancagem operacional, financeira e total, demonstrar como um ajuste na composição da estrutura de capital pode trazer benefícios à empresa e identificar como a emissão de ações através da oferta pública inicial pode diminuir o impacto do endividamento na alavancagem financeira. A metodologia adotada foi de natureza aplicada com objetivos exploratórios e descritivos, baseada em pesquisa

bibliográfica e documental com abordagem quantitativa e qualitativa. Percebeu-se que a adequação de capital próprio na estrutura de capital pode reduzir o endividamento e as despesas financeiras, além de proporcionar um menor custo médio ponderado de capital e maior valor da empresa.

Palavras-chave: Abertura de Capital. Alavancagem Financeira. Estrutura de Capital. Financiamento.
Método da Pesquisa: MET1 - Analítico/Modelagem
Área de Conhecimento da Pesquisa: AT3 - Contabilidade e Finanças

AT3 -3013

Finanças pessoais nos cursos de negócios das IFES brasileiras

Ana Luiza Rodrigues de Almeida
Universidade Federal de Goiás - UFG
E-mail: ana.almeida23@discente.ufg.br

Pedro Augusto Cazuza Trindade
Universidade Federal de Goiás - UFG
E-mail: cazuzapedro@egresso.ufg.br

Gilberto Crispim da Silva
Universidade Federal de Goiás - UFG
E-mail: crispim@ufg.br

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar como os cursos de Administração, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras abordam o tema das finanças pessoais em seus currículos, disciplinas e ações formativas. Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como documental, descritiva e de abordagem mista. Os dados foram coletados em Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), matrizes curriculares, planos de ensino e documentos institucionais de 27 universidades federais, abrangendo cursos das três áreas investigadas. A análise foi realizada por meio de análise de conteúdo, estatística descritiva e regressão linear múltipla. Os resultados revelam que, embora os currículos apresentem ampla presença de conteúdos financeiros, estes concentram-se predominantemente em finanças corporativas, mercado financeiro, investimentos e gestão organizacional. Conteúdos diretamente relacionados às finanças pessoais, como planejamento financeiro familiar, orçamento doméstico, crédito, previdência e finanças comportamentais, apresentam baixa inserção curricular. Apenas os cursos de Economia da UFG e da UFMT e o curso de Administração da UFC apresentaram disciplinas explicitamente voltadas às finanças pessoais. Conclui-se que as finanças pessoais ocupam posição periférica nos currículos analisados, evidenciando uma lacuna na formação financeira universitária.

Palavras-chave: Currículo. Educação Financeira. Ensino Superior. Finanças Pessoais. Universidades Federais.
Método da Pesquisa: MET7 - Survey
Área de Conhecimento da Pesquisa: AT3 - Contabilidade e Finanças

AT3 - 3017

Racionalidade e vieses em decisões de investimento

Juliana Ferreira de Carvalho
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: julianaferreira.carvalho8@gmail.com

Daniel Soares de Souza
Universidade de Brasília - UnB / Instituto Federal de Brasília - IFB
E-mail: daniel.souza@ifb.edu.br

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo mapear e sintetizar criticamente a produção científica sobre vieses comportamentais em decisões de investimento, destacando padrões teóricos, metodológicos e contextuais relevantes à Contabilidade e Finanças. Como metodologia, realizou-se revisão semissistemática da literatura, combinada com análise bibliométrica, a partir de documentos indexados na *Scopus* e *Web of Science* entre 1979 e 2025. Após integração das bases e exclusão de duplicidades, 731 documentos compuseram o *corpus* bibliométrico; adicionalmente, 33 estudos de maior aderência foram submetidos à síntese temática. O estudo apoia-se na Teoria da Escolha Racional, na racionalidade limitada e na *Prospect Theory*. Como resultados, observou-se que o campo consolidou-se como agenda interdisciplinar, com centralidade de temas como escolha de portfólio, aversão ao risco, excesso de confiança, ancoragem e comportamento de manada. Concluiu-se que persistem lacunas relativas à identificação causal, ao uso de dados comportamentais reais, à análise de mercados emergentes e à integração entre vieses, *disclosure* e governança informacional. Assim, como contribuição, a revisão organiza evidências, identifica oportunidades de pesquisa e aponta implicações para proteção do investidor, educação financeira e qualidade da informação contábil.

Palavras-chave: Bibliometria. Decisões de Investimento. Finanças Comportamentais. Governança Informacional. Vieses Cognitivos.
Método da Pesquisa: Revisão da literatura, com abordagem semissistemática e análise bibliométrica.
Área de Conhecimento da Pesquisa: AT3 - Contabilidade e Finanças

AT4



Coordenador de Área
Prof. Dr. Aldo Leonardo Cunha Callado
UFPB

Área Temática

CONTABILIDADE PARA SUSTENTABILIDADE E ESG

Explora temas ligados à contabilidade gerencial, planejamento, controle, custos, indicadores de desempenho, gestão estratégica, sistemas de informação contábil e suporte à tomada de decisão por gestores. São aceitas submissões que tratem de inovação tecnológica na contabilidade, envolvendo temas como blockchain, inteligência artificial, big data, ERP, automação, ciência de dados aplicada à contabilidade, e impactos da transformação digital no processo decisório.

AT4 - 2979

Strategic Lifecycle Activity-Based Costing (SLABC): integrating lifecycle dynamics in services

Luiz Carlos Marques dos Anjos
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
E-mail: luiz.cmanjos@ufpe.br

Marcos Roberto Gois de Oliveira Macedo
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
E-mail: marcos.gois@ufpe.br

Maria Eduarda Justino da Silva
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
E-mail: eduarda.justino@ufpe.br

Tatiana Barros Pinheiro de Oliveira
One Step Ahead - OSA
E-mail: tatiana@osaconsultoria.com.br

ABSTRACT

This study proposes a hybrid cost allocation model integrating Activity-Based Costing (ABC) with service life-cycle logic, distributing indirect costs according to operational realities and strategic priorities of heterogeneous service portfolios in mission-driven organizations. ABC and TDABC, although superior to volume-based systems, remain static in portfolios whose services coexist at distinct demand stages. The study introduces the lifecycle stage as a weighting factor in cost allocation. A case study was conducted in a Brazilian non-profit business support entity, covering 517 services across seven subunits (2021-2025). Three cost activities were identified (creation, execution, commercialization), each modeled combining complexity, usage, and a lifecycle factor based on demand trends and family position. Introduction-phase solutions receive higher weights despite lower utilization, reflecting greater institutional support during demand consolidation; declining solutions receive reduced weights despite comparable utilization. The lifecycle adjustment varies across activities, showing activity-specific effects. By incorporating lifecycle dynamics as a weighting factor, the proposed model extends ABC and TDABC beyond their current boundaries, bridging operational cost measurement and strategic portfolio management.

Key-words: Activity-Based Costing. Cost Allocation. Service Lifecycle Management.
Research Method: Case / Field Study
Research Area: AT4 - Management accounting, strategy, and processes

AT4 -3015

Bibliométrica da intensidade digital e performance nos bancos tradicionais e digitais no brasil

João Carlos Gonçalves
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: joaogoncalves8285@gmail.com

Jomar Miranda Rodrigues
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: jomar@unb.br

RESUMO

Este artigo analisa a relação entre intensidade digital e desempenho financeiro de bancos tradicionais e digitais no Brasil. Investiga-se como a transformação digital influencia indicadores de performance, rentabilidade e custos operacionais dessas instituições. O objetivo é apresentar um panorama da produção científica sobre o tema por meio de uma revisão bibliométrica, identificando métricas de intensidade digital, avaliando seus impactos no desempenho financeiro e comparando bancos tradicionais e fintechs. A pesquisa contribui para os campos da contabilidade e finanças ao discutir a aplicação de modelos teóricos em ambientes tecnológicos, além de fornecer subsídios para estudos futuros sobre capital intelectual e transformação digital no setor bancário. Socialmente, evidencia como a tecnologia pode ampliar a eficiência dos serviços financeiros e favorecer a inclusão digital. Trata-se de uma pesquisa qualitativa teórica, desenvolvida ao longo de três meses.

Palavras-chave: Ativos Intangíveis Tecnológicos. Inovação Tecnológica em Bancos. Ratios de Performance dos Bancos.
Método da Pesquisa: Pesquisa Bibliométrica
Área de Conhecimento da Pesquisa: AT4 - Contabilidade Gerencial, Estratégia e Processos

AT4 - 3044

Da dependência privada à dependência pública no financiamento partidário: os efeitos da reforma político-eleitoral de 2015 -2017 sobre as receitas, as despesas e a prestação de contas dos órgãos partidários no Brasil e no Distrito Federal (2010 -2022)

William Pereira de Carvalho
Universidade de Brasília - UNB
E-mail: william.carvalho@aluno.unb.br

RESUMO

Esta pesquisa analisou os efeitos da reforma político-eleitoral brasileira de 2015 -2017, que vedou as doações de pessoas jurídicas (Supremo Tribunal Federal, ADI nº 4.650/2015; Lei nº 13.165/2015) e instituiu o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (Lei nº 13.487/2017), sobre a composição das receitas e das despesas dos órgãos partidários e sobre o status da prestação de contas no Sistema de Informações de Contas (SICO) da Justiça Eleitoral, comparando o Brasil (2010 -2022) e o Distrito Federal (2014 -2022). Adotou-se abordagem quantitativa, descritiva e documental, com dados secundários do Portal de Dados Abertos do Tribunal Superior Eleitoral, medidas de participação, taxas de variação e o índice de Herfindahl-Hirschman. Os resultados evidenciaram inversão estrutural da matriz de financiamento: no Brasil, a participação de recursos públicos passou de 3,4% (2010) para 96,8% (2022); no Distrito Federal, de 0,6% (2014) para 91,1% (2022), com adesão mais tardia em 2018. As despesas dos órgãos concentraram-se em transferências financeiras a candidatos e diretórios (até 98,5% no Brasil e 69,8% no DF), o que os caracteriza como intermediários financeiros de recursos públicos. No SICO, as contas não prestadas recuaram (no Brasil, de 21,7% em 2014 para 4,8% em 2022; no DF, de 34,5% para 2,3%), com predomínio crescente da aprovação com ressalvas. Concluiu-se que a maior dependência de recursos públicos associou-se ao fortalecimento da prestação formal de contas, sem assegurar igual avanço na qualidade contábil, e que a intermediação partidária desloca o foco da transparência para a cadeia órgão -candidato, exigindo atenção da controladoria e do controle social.

Palavras-chave: *Accountability*. Distrito Federal.Financiamento Partidário. Fundo Especial de Financiamento de Campanha. Prestação de Contas Eleitorais.
Método da Pesquisa: *Survey*
Área de Conhecimento da Pesquisa: Contabilidade Gerencial, Estratégia e Processos

AT5



Coordenador de Área
Prof. Dr. Andson Braga de Aguiar
USP

Área Temática

CONTABILIDADE GERENCIAL E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES

Envolve pesquisas sobre sustentabilidade ambiental, responsabilidade social e governança corporativa (ESG), disclosure socioambiental, relatórios integrados e contabilidade como ferramenta para geração de valor sustentável e accountability.

AT5 - 2955

More governance, more demands? integrated reporting in brazilian state-owned enterprises

Elen da Silva Prado Oliveira
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: elenpradoo@gmail.com

Fatima e Souza Freire
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: ffreire@unb.br

ABSTRACT

This study examines whether Integrated Reporting (IR) performance—disaggregated into Governance, Social, and Environmental dimensions—is associated with variations in citizen accountability demands in five Brazilian federal state-owned enterprises in the environmental sector during 2020 -2024. The study constructs a regulatory-based IR maturity index grounded in Brazilian public-sector norms and applies an AHP-Gaussian weighting procedure. Pooled OLS and Fixed Effects models. Ombudsman data are used as a proxy for accountability demands rather than as a direct indicator of organizational failure. The results indicate a positive and statistically significant association between the Governance dimension of IR and the volume of ombudsman manifestations, while the Social and Environmental dimensions do not exhibit significant relationships in the Fixed Effects model. Enhanced governance disclosure activates accountability mechanisms by increasing organizational visibility and enabling social control, rather than directly reducing citizen demands. The study contributes to the literature on sustainability accounting and public accountability by demonstrating how Integrated Reporting functions as an accountability-enabling instrument in the public sector, particularly in emerging economies.

Keywords: ESG Indicators. Public Transparency. Public Ombudsman. State-Owned Enterprises - SOEs.

Research Method: MET3 - Archival/Database

Research Field of Knowledge: Sustainability Accounting and ESG

AT5 - 2961

O efeito do relatório de asseguração sobre o índice de sustentabilidade empresarial (ISE B3)

Felipe Gonçalves Bastos
Fucape Business School
E-mail: felipegbastos@hotmail.com

Roberto Miranda Pimentel Fully
Fucape Business School / Universidade de São Paulo - FEA USP-RP
E-mail: rfully@usp.br

Vidigal Fernandes Martins
Universidade Federal de Uberlândia - UFU
E-mail: vidigalfgv@gmail.com

André Luis Milagres Fernandes
Universidade Federal do Espírito Santo -UFES
E-mail: andre.fernandes@ufes.br

RESUMO

Este estudo investiga a correlação entre a qualidade da asseguração de relatórios de sustentabilidade e o desempenho de empresas no ISE B3. Sua relevância advém da crescente preponderância dos fatores ESG no mercado financeiro e da demanda por transparência e fidedignidade nas informações corporativas. Baseando-se na Teoria da Sinalização, a metodologia quantitativa empregou dados secundários e de relatórios de sustentabilidade de 107 companhias participantes do ISE B3, abrangendo o período de 2008 a 2024. A qualidade da asseguração (QSA) foi operacionalizada com critérios de Khaireddine et al. (2024), e os dados foram analisados através de regressões de dados em painel. A pesquisa objetiva elucidar os impactos do auditor, da qualidade do relatório de asseguração e da existência de Comitês de Sustentabilidade na pontuação de sustentabilidade das empresas. Os resultados indicam ausência de relação direta e estatisticamente significativa entre a QSA e o desempenho no ISE B3, mas apresenta suporte parcial e heterogêneo para a influência das características do auditor nas métricas de sustentabilidade, enquanto as hipóteses relativas ao comitê de sustentabilidade e à qualidade da asseguração não obtiveram validação estatística expressiva. Este trabalho oferece *insights* sobre a dinâmica da informação ESG no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Auditoria Independente. Relatório de Asseguração. Sustentabilidade.
Método da Pesquisa: Arquivo/Banco de Dados
Área de Conhecimento da Pesquisa: AT5 - Contabilidade para Sustentabilidade e ESG

AT5 - 2980

Entre métricas e riscos: aderência do balanço de sustentabilidade do judiciário brasileiro às normas do ISSB

Moreno Souto Santiago
Superior Tribunal de Justiça - STJ
E-mail: morenos@stj.jus.br

Fátima de Souza Freire
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: ffreire@unb.br

Beatriz Fátima Morgan
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: beatrizmorgan@unb.br

Ludmila de Melo Souza
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: ludmilamelo@unb.br

RESUMO

Este artigo avalia em que medida o 9.º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário (CNJ, ano-base 2024) se alinha aos quatro pilares ISSB/TCFD - Governança, Estratégia, Gestão de Riscos e Métricas & Metas -, reinterpretando a materialidade financeira como materialidade de valor público. Adota-se delineamento normativo-comparativo e textual, combinando análise textual assistida (IRaMuTeQ: CHD, similitude e AFC), mensuração de saliência lexical por dicionário de sementes e checklist de 34 itens baseado nas IFRS S1/S2, integrados por triangulação interpretativa. A aderência global foi de 69%, com forte assimetria entre pilares: alta em Estratégia (88%) e Governança (81%), intermediária em Métricas & Metas (75%) e baixa em Gestão de Riscos (31%). A saliência lexical reforça esse padrão, com Métricas & Metas concentrando 83,3% do total. O Balanço evidencia forte legitimação procedimental, mas baixa densidade prospectiva em riscos climáticos. O estudo oferece um roteiro replicável de avaliação do relato de sustentabilidade no setor público e é um dos primeiros a aplicar os referenciais ISSB/TCFD ao setor público brasileiro.

Palavras-chave: Governança ESG. Normas IFRS de Sustentabilidade. Relato de Sustentabilidade. Setor Público. Valor Público.
Método da Pesquisa: MET5 - Ensaio Teórico (análise de conteúdo/textual do relatório).
Área de Conhecimento da Pesquisa: AT5 - Contabilidade para Sustentabilidade e ESG.

AT5 - 2992

Governança do orçamento verde: modelo de maturidade e evidências internacionais comparadas

Pedro de Morasi Godinho
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: pedro_mgodinho@hotmail.com

Diana Vaz de Lima
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: diana_lima@unb.br

Luiz Felipe Martins Siqueira Laino
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: felipelaino11@gmail.com

RESUMO

Este artigo propõe e aplica o Modelo Comparativo de Governança do Orçamento Verde (MCG-OV), uma rubrica de maturidade voltada à avaliação do ambiente institucional que sustenta práticas de *green budgeting* e *budget tagging*. Fundamentado nas literaturas de governança pública, finanças sustentáveis e modelos de maturidade, o MCG-OV organiza a análise em dois eixos: governança institucional e capacidade técnico-orçamentária. Metodologicamente, adota-se abordagem qualitativa comparativa baseada em análise documental e triangulação de fontes oficiais, relatórios internacionais e literatura especializada, aplicada a oito experiências nacionais: França, Finlândia, Reino Unido, Dinamarca, Suécia, México, Irlanda e Brasil. Os resultados indicam que França e Finlândia apresentam maior equilíbrio e maturidade avançada; Reino Unido, Dinamarca, Suécia, México e Irlanda situam-se em faixa intermediária-alta; e o Brasil apresenta nível intermediário, com assimetria entre o avanço estratégico e gargalos na execução orçamentária. Conclui-se que a governança institucional atua como condição estruturante para a consolidação de capacidades técnicas. O estudo contribui ao deslocar a análise do plano puramente instrumental para o plano institucional, oferecendo uma estrutura comparativa para identificar gargalos na governança fiscal sustentável.

Palavras-chave: *Budget tagging*. Governança Pública. Orçamento Verde. Modelo de Maturidade. Sustentabilidade.
Método da Pesquisa: Analítico/Modelagem (MET1)
Área de Conhecimento da Pesquisa: AT5 - Contabilidade para Sustentabilidade e ESG

AT5 - 2998

Do sinal barato ao equilíbrio separador: asseguração ESG no mercado de capitais brasileiro

Idamo Favalessa de Aquino
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: id.fava@gmail.com

Felipe Gonçalves Bastos
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: felipegbastos@hotmail.com

Paulo César de Melo Mendes
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: mendes@unb.br

RESUMO

Este artigo investiga a transição da asseguração de sustentabilidade no mercado de capitais brasileiro (2010-2024), analisando como o normativo e o julgamento dos auditores afetam a assimetria informacional. Como fundamentação teórica, utiliza a Teoria da Sinalização, ancorada nos modelos de Equilíbrio (Agregador e Separador) e do sinal de baixo custo (‘*cheap talk*’). O método emprega abordagem mista via análise documental fenomenológica de 460 relatórios (ISE B3) através do *NVivo*, complementada por entrevistas em profundidade com auditores. Os resultados revelam forte prevalência de relatórios limitados e defensivos, evidenciando um Equilíbrio Agregador (*Pooling Equilibrium*) mantido por ‘*cheap talk*’. Constatou-se um conflito tático, onde a norma exige triagem rigorosa, mas a prática absorve falhas dos clientes para evitar ressalvas. Ademais, a recente Resolução CVM 244 introduziu a regra "Adote ou Explique". Conclui-se que a transição ao Equilíbrio Separador (*Separating Equilibrium*) foi adiada, pois a abstenção justificada funciona como um novo ‘*cheap talk*’ institucional. A principal contribuição é demonstrar que elevar o rigor regulatório é insuficiente para segregar o mercado se a arquitetura mantiver válvulas de escape.

Palavras-chave: Auditoria ESG. Asseguração de Sustentabilidade. Auditoria ESG. *Cheap talk.* Resolução CVM 244.
Método da Pesquisa: MET2 - Estudo de Caso/Campo
Área de Conhecimento da Pesquisa: AT5 - Contabilidade para Sustentabilidade e ESG.

AT5 - 3000

Efeitos das emissões e seu disclosure sobre o WACC: análise sobre Brasil e Estados Unidos

Eduardo Seixas
Fucape Business School
E-mail: seixasfmly@outlook.com

Talles Vianna Brugni
Fucape Business School
E-mail: tallesbrugni@fucape.br

RESUMO

Com os efeitos das mudanças climáticas, o mundo passa a ser conduzido rumo a um cenário de “novo normal” e de urgência da transição para uma economia de baixo carbono. Nesse contexto, as emissões de carbono ocupam posição de destaque, o mercado de capitais dá relevância a seu disclosure e pesquisas desenvolvidas visam identificar a sua associação com diversas variáveis, dentre elas o WACC, relevante tema de pesquisa, dada sua importância prática para os negócios. No entanto, a associação das emissões com o WACC ainda é pouco explorada e, no geral, a maioria da literatura é voltada aos países desenvolvidos e suas corporações, existindo espaço para pesquisas que investiguem mais profundamente países emergentes, tomando como referência a teoria do disclosure. Essa pesquisa teve como objetivo avaliar se os níveis de emissão das empresas de países emergentes e seu disclosure geram efeito no WACC em magnitude diferente em comparação com as emissões de empresas de países desenvolvidos. Essa avaliação se utilizou de modelos de regressão linear e os resultados obtidos indicam que há evidência estatística de que emissões das empresas e o seu disclosure geram efeitos sobre o WACC de modo distinto dentre os países, o que representa contribuição para a Carbon Accounting, tema emergente da Contabilidade.

Palavras-chave: Carbono. *Carbon Accounting. Disclosure.* Emissões. WAAC.
Método da Pesquisa: MET3 Arquivo / Banco de Dados
Área de Conhecimento da Pesquisa: AT5 - Contabilidade para Sustentabilidade e ESG

AT5 - 3006

Circularidade reportada e accountability socioambiental: crédito de reciclagem, cadeia reversa e disclosure no Brasil

Francis Cleiton Balbino da Silva
Universidade Federal da Bahia -UFBA
Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL
E-mail: francis.silva@uneal.edu.br

Sônia Maria da Silva Gomes
Universidade Federal da Bahia -UFBA
E-mail: songomes@ufba.br

RESUMO

Este artigo analisa como empresas brasileiras expostas à agenda de resíduos, embalagens e circularidade incorporam, conectam ou silenciam o certificado do crédito de reciclagem CCRLR e mecanismos correlatos de certificação ou compensação em seus *disclosures* de sustentabilidade. A pesquisa adota abordagem qualitativa, documental e crítico-interdisciplinar, com análise de conteúdo de relatórios de seis empresas. A fundamentação articula contabilidade dialógica, accountability socioambiental, teoria crítica e democracia agonística, utilizando como modelo analítico a materialidade socioambiental da circularidade e dimensões de governança, riscos, métricas, metas, cadeia de valor, reconhecimento social, territorialidade, rastreabilidade e responsabilidade. Os resultados indicam que crédito, selo e compensação ampliam a visibilidade técnica da circularidade, mas não garantem accountability socioambiental substantiva. Empresas sem vínculo documental público com crédito podem apresentar disclosure mais denso quando conectam circularidade a cooperativas, catadores, territórios, renda e responsabilidades. Conclui-se que a circularidade pode ser tecnicamente visível e socialmente incompleta. O estudo contribui ao propor uma matriz auditável para análise do disclosure da circularidade e critérios para qualificar a evidenciação contábil socioambiental no Brasil.

Palavras-chave: Accountability Socioambiental. Circularidade. Crédito de Reciclagem. Disclosure de Sustentabilidade. Governança.
Método da Pesquisa: MET6 - Crítico/Interdisciplinar
Área de Conhecimento da Pesquisa: AT5 - Contabilidade para Sustentabilidade e ESG

AT5 - 3014

Classificação ESG por clusters em empresas do G20: evidências entre setores poluentes e não poluentes

Ronaldo Leão de Miranda
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
E-mail: ronaldo.miranda@unir.br

Luiz Carlos Marques dos Anjos
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
E-mail: luiz.cmanjos@ufpe.br

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo avaliar a classificação ESG por meio da análise de *clusters* em empresas dos países do G20, evidenciando diferenças entre setores com maior e menor potencial poluidor no período de 2019 a 2024. A amostra foi composta por empresas pertencentes aos países do G20, cujos dados ESG foram obtidos na base *Refinitiv*. Para a análise dos dados, empregou-se a técnica de análise de *clusters*, permitindo a classificação das empresas em grupos de alto, médio e baixo desempenho ESG. Os resultados evidenciaram que empresas de setores não poluentes apresentaram maior frequência nos grupos de elevado desempenho ESG, especialmente aquelas localizadas em países desenvolvidos da Europa e da América do Norte. Contudo, observou-se que empresas de setores poluentes também alcançaram elevados níveis de desempenho ESG, demonstrando que o potencial poluidor do setor não determina, isoladamente, a qualidade das práticas sustentáveis adotadas. O desempenho ESG apresenta comportamento dinâmico ao longo do tempo, com empresas migrando entre diferentes *clusters* nos anos analisados. Conclui-se que a análise de *clusters* constitui uma ferramenta relevante para compreender a heterogeneidade do desempenho ESG entre empresas, setores e países, contribuindo para a avaliação da sustentabilidade no ambiente corporativo global.

Palavras-chave: Análise de *Clusters*. G20. Empresas. ESG. Setores.
Método da Pesquisa: MET3 - Arquivo/Banco de Dados
Área de Conhecimento da Pesquisa: Contabilidade para Sustentabilidade e ESG

AT5 - 3018

CVM 244 - estudo de evento sobre a sinalização ESG pós flexibilização

Idamo Favalessa de Aquino
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: id.fava@gmail.com

Ana Luiza Mendes Menezes Santiago
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: anammsantiago@outlook.com

Sérgio Ricardo Miranda Nazaré
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: sergionazare@unb.br

Danielle Montenegro Salomone Nunes
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: dmontenegro@unb.br

RESUMO

A Resolução CVM 244 revogou a obrigatoriedade da divulgação *Environmental, Social and Governance* (ESG) para empresas listadas na B3, anteriormente prevista pela CVM 193, instituindo mecanismos de controle para o reporte voluntário. Este estudo analisou a reação do mercado de capitais brasileiro a essa mudança, à luz das teorias de sinalização, assimetria informacional e custos de conformidade. Adotando a metodologia de estudo de evento com janelas curtas e regressões de retornos anormais acumulados (CAR), a pesquisa examinou 93 companhias, utilizando o *score* contínuo da *LSEG D&A* e o logaritmo do ativo total como variáveis explicativas. Os resultados evidenciam uma dinâmica informacional multifásica: no curtíssimo prazo, empresas menores foram positivamente precificadas pelo alívio nos custos de *compliance*. Nas janelas expandidas, observou-se uma "fuga para a qualidade", onde firmas com maior índice ESG foram premiadas, corroborando as hipóteses de sinalização e alívio de custos. Conclui-se que o retorno ao voluntarismo não promoveu percepção de aumento de assimetria informacional, mas reconfigurou os incentivos de mercado, consolidando o reporte voluntário de alta qualidade como um diferencial competitivo estratégico.

Palavras-chave: Assimetria Informacional. *Disclosure* ESG. Estudo de Evento. Regulação Voluntária. Retorno das Ações.
Método da Pesquisa: MET3 - Arquivo/Banco de dados
Área de Conhecimento da Pesquisa: AT5 - Contabilidade para Sustentabilidade e ESG

AT5 - 3021

O efeito das dimensões ambiental, social e de governança sobre o valor das firmas brasileiras

Ana Clara de Melo Reis
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
E-mail: anaclaramreis@gmail.com

Diego dos Santos Reimol
Universidade Federal Fluminense - UFF
E-mail: diegoreimol@id.uff.br

Monica Cristina Sobreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
E-mail: monica.sobreira@uerj.br

Rodrigo de Oliveira Leite
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
E-mail: rodrigo.oliveira@coppead.ufrj.br

RESUMO

Este estudo teve como objetivo investigar a influência do desempenho ambiental, social e de governança (ESG) sobre o valor das empresas brasileiras não financeiras listadas na B3 no período de 2019 a 2024. Fundamentado na Teoria da Legitimidade, o trabalho analisou tanto o desempenho ESG agregado quanto suas dimensões individuais (ambiental, social e governança), utilizando dados da base Refinitiv e regressões com dados em painel. O valor da firma foi mensurado por meio do Q de Tobin, sendo incluídas variáveis de controle relacionadas à rentabilidade, alavancagem financeira, tamanho da firma, setor econômico e ano. Os resultados indicaram que nem o desempenho ESG agregado nem suas dimensões individuais apresentaram associação estatisticamente significativa com o valor das empresas analisadas. Em contrapartida, variáveis econômico-financeiras tradicionais, especialmente a rentabilidade e o tamanho da firma, mostraram-se relevantes para explicar a avaliação de mercado. Os achados sugerem que, no contexto brasileiro, os investidores ainda atribuem maior peso a indicadores financeiros convencionais do que às métricas ESG na precificação das empresas, demonstrando um movimento contrário ao que vem sendo praticado nas demais nações, que demonstram que políticas de ESG podem influenciar o valor da firma.

Palavras-chave: B3. ESG. Q de Tobin. Teoria da Legitimidade. Valor da Firma.
Método da Pesquisa: MET1 - Analítico/Modelagem
Área de Conhecimento da Pesquisa: AT5 - Contabilidade para Sustentabilidade e ESG

AT5 -3025

Normas IFRS e o pioneirismo brasileiro: o caso da Natura&CO

Marguit Neumann
Universidade Estadual de Maringá - UEM
E-mail: mneumann@uem.br

Caroline de Souza Figuerêdo
Universidade Estadual de Maringá - UEM
E-mail: mneumann@uem.br

Isabelle Caroline Bevilaqua
Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR
E-mail: isabelle.bevilaqua@unespar.edu.br

RESUMO

As normas IFRS S1 e IFRS S2 introduziram padrões globais para a divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e às mudanças climáticas. O Brasil, mostrou-se pioneiro no endosso e adesão às IFRS após a Resolução CVM nº 193/2023. Isto posto, o estudo tem como objetivo analisar se os conteúdos divulgados nos relatórios voluntários e nas demonstrações contábeis da Natura&Co atendem às exigências das normas IFRS S1 e S2. Logo, foi realizada análise qualitativa, descritiva e documental dos principais documentos relacionados à sustentabilidade disponibilizados pela entidade no ano de 2024, período de adaptação e transição anterior à obrigatoriedade estabelecida pela CVM. Os resultados indicam aderência aproximada de 76% ao conteúdo principal das normas, evidenciando a preparação da empresa, nos aspectos relacionados à governança, estratégia, gestão de riscos e divulgação de metas e métricas. Verificaram-se, entretanto, desafios relacionados à integração entre informações de sustentabilidade e seus impactos financeiros, à conectividade entre relatórios e à evidenciação de competências dos órgãos de governança. Conclui-se que a trajetória da Natura&Co na adoção de *frameworks* voluntários, como GRI, Relato Integrado e TCFD, contribuiu significativamente para sua preparação frente às novas exigências regulatórias.

Palavras-chave: Divulgação de Sustentabilidade. Normas IFRS S1 e S2. Resolução CVM nº 193/2023.
Método da Pesquisa: MET3 - Arquivo/Banco de Dados
Área de Conhecimento da Pesquisa: AT5 - Contabilidade para Sustentabilidade e ESG

AT6

Coordenadoras de Área



Profª. Drª. Mariana Pereira Bonfim
UFF



Profª. Drª. Lidiane Nazaré da Silva Dias
UFPA

Área Temática

CONTABILIDADE NO SETOR PÚBLICO E GOVERNAMENTAL

Foco em contabilidade aplicada ao setor público, incluindo orçamento, execução financeira, parcerias público-privadas, normas internacionais (IPSAS), transparência fiscal, controle social e accountability governamental.

AT6 - 2957

A alocação das transferências voluntárias no estado do Pará: evidências sob a perspectiva do federalismo fiscal e da teoria da escolha pública

Rafael Larêdo Mendonça
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: rafaellaredo@hotmail.com

Glauber de Castro Barbosa
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: anaisunbagc@gmail.com

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo verificar se a alocação das transferências voluntárias realizadas pelo Governo do Estado do Pará aos municípios, no período de 2021 a 2025, reflete escolhas eficientes. A análise fundamenta-se na teoria do federalismo fiscal e na teoria da escolha pública. Foi adotada abordagem quantitativa, com estimação de modelo de regressão linear múltipla para os 144 municípios paraenses, utilizando como variável dependente as transferências voluntárias per capita e, como explicativas, porte populacional, participação das despesas de capital, PIB per capita e comprometimento da receita com despesas de pessoal. Os resultados indicam que municípios menores recebem proporcionalmente mais recursos e que a participação das despesas de capital está positivamente associada ao volume de transferências. O PIB per capita apresentou influência positiva, porém menos robusta, enquanto a rigidez fiscal não se mostrou significativa. Os resultados sugerem que a alocação das transferências incorpora elementos de redistribuição e eficiência. O estudo contribui para a compreensão dos determinantes das transferências voluntárias estaduais e para o aperfeiçoamento de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades regionais.

Palavras-chave: Federalismo fiscal. Estado do Pará. Teoria da Escolha Pública. Transferências voluntárias.

Método da Pesquisa: MET3 - Arquivo /Banco de Dados

Área de Conhecimento da Pesquisa: AT6 - Contabilidade no Setor Público e Governamental

AT6 - 2960

Fraudes em licitações públicas: um ensaio teórico sobre os limites da legalidade e os vazios da integridade

Denise Fernandes Nascimento
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: denisefn29@gmail.com

Rodrigo de Souza Gonçalves
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: rgoncalves@unb.br

Andréa de Oliveira Gonçalves
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: andreagon@unb.br

RESUMO

O presente estudo analisa a fraude em licitações públicas no setor da saúde sob uma abordagem institucional e sociotécnica, compreendendo o desvio como resultado das interações entre estruturas organizacionais, mecanismos de controle, dispositivos contábeis e tecnologias de governo. Diferentemente das abordagens centradas em fatores individuais, o artigo propõe uma interpretação relacional da fraude, considerando que orçamento, contabilidade pública, auditoria e sistemas digitais participam da configuração de incentivos e zonas de ambiguidade exploráveis pelos agentes organizacionais. O estudo fundamenta-se na contabilidade crítica, na teoria institucional e na Teoria Ator Rede, articulando discussões sobre governança pública, accountability e digitalização das contratações públicas. Argumenta-se que normas, controles formais e instrumentos tecnológicos não asseguram, por si sós, integridade substantiva ou justiça distributiva. O artigo problematiza os limites da transparência formal e do solucionismo tecnológico, demonstrando que sistemas digitais podem reproduzir novas formas de opacidade institucional. Como contribuição teórica, o estudo compreende a fraude como produção institucional relacional.

Palavras-chave: Accountability. Contabilidade Crítica. Fraude. Governança. Licitações.

Método da Pesquisa: MET5 - Ensaio Teórico

Área de Conhecimento da Pesquisa: AT6 - Contabilidade no Setor Público e Governamental

AT6 - 2966

Risco moral no federalismo fiscal brasileiro: desafios de mensuração em um ambiente de restrições orçamentárias flexíveis

Glauber de Castro Barbosa
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: glaubercb@gmail.com

César Augusto Tibúrcio Silva
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: cesartiburcio@unb.br

RESUMO

O presente ensaio teórico tem por objetivo discutir a formação do risco moral nas relações financeiras entre União e entes subnacionais, analisando possibilidades de sua mensuração no federalismo fiscal brasileiro. O estudo fundamenta-se na segunda geração do federalismo fiscal e na literatura sobre restrições orçamentárias flexíveis, *bailouts* (socorro financeiro) e risco moral. Metodologicamente, desenvolve-se por meio de revisão narrativa e análise crítica da literatura nacional e internacional. Os resultados indicam que a mensuração do risco moral apresenta dificuldades em razão de seu caráter latente e da dependência das características institucionais de cada sistema federativo. No caso brasileiro, renegociações da dívida, flexibilizações legislativas, garantias federais e judicialização parecem afetar a credibilidade das regras fiscais e os incentivos dos governos subnacionais. Os achados sugerem que a operacionalização do risco moral demanda abordagem multidimensional, integrando variáveis fiscais, institucionais, políticas e jurídicas. Como contribuição, o estudo sistematiza estratégias de mensuração identificadas na literatura e propõe possibilidades analíticas aderentes às especificidades do federalismo fiscal brasileiro.

Palavras-chave: *Bailouts*. Dívida Pública Subnacional. Federalismo Fiscal. Restrições Orçamentárias Flexíveis. Risco Moral
Método da Pesquisa: MET5 - Ensaio Teórico
Área de Conhecimento da Pesquisa: AT6 - Contabilidade no Setor Público e Governamental.

AT6 - 2969

Capacidade fiscal, expansão universitária e financiamento da educação superior

Marcos Valério Martins Soares
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Universidade de Brasília - UNB.
E-mail: marcos.valerio@ufvjm.edu.br

Marcelo Driemeyer Wilbert
Universidade de Brasília - UNB
E-mail: marcelodw@unb.br

RESUMO

Este estudo analisa a relação entre a capacidade fiscal do Estado e o financiamento da educação superior no Brasil no período de 2000 a 2025. Diante do processo de expansão e interiorização das universidades federais, investigam-se os determinantes do gasto público sob condições de restrição fiscal. A metodologia utiliza modelos econométricos em primeiras diferenças logarítmicas, abordagem adotada devido à ausência de cointegração de longo prazo entre as séries analisadas. Os resultados demonstram que a arrecadação tributária exerce influência positiva e significativa sobre o gasto, apresentando uma elasticidade de 0,87, o que caracteriza um comportamento pró-cíclico do financiamento. Adicionalmente, a taxa de juros manifesta impacto negativo e sinaliza restrições macroeconômicas ao espaço fiscal, ao passo que as variáveis de expansão educacional exibem efeitos persistentes no tempo. Conclui-se que o financiamento do setor é condicionado predominantemente pela capacidade arrecadatória, o que configura um padrão de expansão dependente do ciclo econômico. Não foram encontradas evidências de mudança estrutural na prioridade orçamentária da educação superior durante o intervalo analisado, apesar do crescimento expressivo da estrutura institucional e do número de matrículas que atingiu 1,32 milhão em 2024.

Palavras-Chave: Financiamento da educação superior; Capacidade Fiscal do Estado. Financiamento da Educação Superior. Políticas Públicas.
Método da Pesquisa: MET3 - Arquivo /Banco de Dados
Área de Conhecimento da Pesquisa: AT6 - Contabilidade no Setor Público e Governamental

AT6 - 2970

Inteligência artificial generativa, transparência e accountability na auditoria governamental

Marcos Valério Martins Soares
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: marcos.valerio@ufvjm.edu.br

Arthur dos Santos
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - IFNMG
E-mail: arthurdossantosprates1@gmail.com

Henrique Esteves Murta
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM
E-mail: henrique.murta@ufvjm.edu.br

RESUMO

Esta pesquisa analisa sistematicamente a literatura internacional sobre o uso da Inteligência Artificial (IA) Generativa na auditoria governamental e suas implicações para a transparência e a *accountability*. Utilizando o protocolo PRISMA e técnicas de análise bibliométrica e temática via linguagem R, investigou-se um *corpus* de 49 artigos indexados nas bases Scopus e Web of Science. Os resultados revelam que a IA Generativa emerge como uma vanguarda tecnológica com score de maturidade acadêmica superior (3,25) à média do campo. Identificou-se uma transição paradigmática de auditorias reativas para modelos contínuos e analíticos. No entanto, a complexidade algorítmica introduz riscos de opacidade que desafiam os ritos tradicionais de controle. Como principal contribuição, propõe-se um **Framework Analítico Integrador** que organiza a relação entre tecnologia e governança em quatro dimensões (Capacidades, Processos, Transparência e Accountability), condicionadas por fatores moderadores institucionais. Conclui-se que o impacto da IA na auditoria governamental é estritamente condicional, dependendo da supervisão humana (*human-in-the-loop*) e de protocolos de explicabilidade para assegurar a legitimidade e a confiança nas instituições públicas.

Palavras-chave: Accountability. Auditoria Governamental. Governança Algorítmica. Inteligência Artificial Generativa. Transparência.
Método da Pesquisa: MET5 - Ensaio Teórico
Área de Conhecimento da Pesquisa: AT6 - Contabilidade no Setor Público e Governamental.

AT6 - 2976

Governança pública entre discurso e prática: uma análise da CGE-AM e do TCE-AM à luz do framework IFAC/CIPFA

Daiany Cristina Conceição da Silva
Universidade do Estado do Amazonas - UEA
E-mail: dccds.cic21@uea.edu.br

Warleson Bruno Anhape Andrade
Universidade do Estado do Amazonas - UEA
E-mail: wbaa.cic21@uea.edu.br

Nyalle Barboza Matos
Universidade do Estado do Amazonas - UEA
E-mail: nbmatos@uea.edu.br

Victor Godeiro de Medeiros Lima
Universidade do Estado do Amazonas - UEA
E-mail: vglima@uea.edu.br

RESUMO

A governança pública tem assumido papel central nas discussões sobre transparência, accountability e fortalecimento institucional no setor público. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo analisar o nível de aderência das práticas de governança da Controladoria Geral do Estado do Amazonas (CGE-AM) e do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM) aos princípios estabelecidos no International Framework: Good Governance in the Public Sector, elaborado pela IFAC e CIPFA. A pesquisa caracteriza-se como descritiva, de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de análise documental e análise de conteúdo, complementadas pela aplicação de questionário estruturado junto a servidores ocupantes de cargos estratégicos dos órgãos analisados. Os resultados demonstraram maior nível de aderência formal do TCE-AM aos princípios internacionais de governança pública em comparação à CGE-AM, especialmente nos aspectos relacionados à transparência, planejamento institucional, monitoramento estratégico e accountability. Entretanto, a pesquisa também evidenciou limitações relacionadas à efetividade prática das estruturas analisadas, sobretudo quanto ao desenvolvimento institucional contínuo e avaliação de desempenho. Conclui-se que a aderência documental aos princípios de governança não garante, necessariamente, efetividade substantiva dos mecanismos de accountability e controle público.

Palavras-chave: *Accountability*. Controle público.Governança Pública. IFAC/CIPFA.

Método da Pesquisa: MET2 - Estudo de Caso/Campo

Área de Conhecimento da Pesquisa: AT6 - Contabilidade no Setor Público e Governamental

AT6 - 2981

Transparência para quem? avaliação da transparência formal na justiça do trabalho brasileira

Amanda Romeiro Macedo
Mestrado em Controle da Administração - ISC/TCU
E-mail: amandaromeiro@gmail.com

Gabriela Pinheiro Rezende
Mestrado em Controle da Administração - ISC/TCU
E-mail: gprezende@gmail.com

Roberto Sérgio do Nascimento
Universidade Federal do Ceará- (UFC e Tribunal de Contas da União - TCU
E-mail: robertosdn75@ufc.br; robertosn@tcu.gov.br

Francisco Felipe Ramos Rodrigues Lima
Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA

RESUMO

O objetivo da pesquisa consistiu em identificar fatores organizacionais e socioeconômicos capazes de explicar as diferenças nos níveis de transparência formal observadas entre os 24 Tribunais Regionais do Trabalho. A pesquisa se sustenta na necessidade de ampliação da transparência pública, notadamente no avanço legislativo infraconstitucional e abertura do setor público à sociedade brasileira. Adotou-se como metodologia abordagem quantitativa, de natureza exploratória e explicativa, com aplicação de regressão linear múltipla, tendo como variável dependente o ranking de transparência do CNJ e como variáveis independentes o Ideb, renda per capita, Gini (variáveis socioeconômicas), carga processual e nº de servidoras dos TRTs (variáveis organizacionais). Os resultados apontaram que o modelo apresentou elevada estrutura explicativa no seu conjunto (65,6%), porém com resultados individuais limitados, sendo apenas o Ideb a única variável socioeconômica significativamente associada. Adicionalmente, destacou-se uma possível fragilidade de ordem estrutural no ranking de transparência do CNJ. Os resultados sugerem que políticas de transparência no Judiciário podem ser igualmente influenciadas por fatores socioeconômicos, quanto por questões normativas.

Palavras-chave: CNJ. Justiça do Trabalho. Ranking de Transparência. Transparência Judicial.
Método da Pesquisa: MET7 - Survey
Área de Conhecimento da Pesquisa: AT6 Contabilidade ao Setor Público e Governamental

AT6 - 2988

Dez anos de relato integrado no setor público federal brasileiro: uma revisão sistemática da literatura

Mariana Azevedo Alves
Universidade Federal Fluminense - UFF/VR
E-mail: mazevedo@id.uff.br

Isabelle Caroline Bevilaqua
Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR
E-mail: isabelle.bevilaqua@unespar.edu.br

Marguit Neumann
Universidade Estadual de Maringá - UEM
E-mail: mneumann@uem.br

Aloísio Ventura dos Santos Neto
Universidade Federal Fluminense - UFF/VR
E-mail: aloisioventura@id.uff.br

RESUMO

O Relato Integrado (RI) foi inserido no setor público federal brasileiro em 2016. Passada uma década, esta pesquisa tem por objetivo identificar o desenvolvimento das pesquisas sobre o RI nos Relatórios de Gestão no setor público brasileiro, e delinear proposições para o avanço do campo. Realizou-se uma Revisão Estruturada da Literatura e os resultados indicam que a produção qualificada é recente, concentrada a partir de 2020, e institucionalmente concentrada nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. A literatura é metodologicamente homogênea, centrada em abordagens qualitativas e objetivos descritivos, com uso incipiente de teorias sociais e organizacionais. Os artigos convergem para um diagnóstico comum: a adoção do RI avançou em conformidade normativa, mas ainda enfrenta limitações quanto à qualidade, à legibilidade e ao potencial comunicativo dos relatórios. As lacunas identificadas permitiram estruturar uma agenda em cinco eixos: ampliação da amostra empírica; aprofundamento metodológico com ênfase em abordagens processuais e longitudinais; expansão do escopo para entes subnacionais; diversificação teórica com abertura a lentes críticas; e investigação dos determinantes e efeitos organizacionais da adoção do RI. O campo encontra-se em momento de transição, do mapeamento descritivo para a explicação e proposição, demandando esforços de renovação empírica, metodológica e teórica.

Palavras-chave: Prestação de Contas; Relato Integrado. Relatório de Gestão. Setor Público. Transparência.
Método da Pesquisa: MET3 - Arquivo/Banco de Dados
Área de Conhecimento da Pesquisa: AT6 - Contabilidade Pública

AT6 - 2993

Gastos fora do padrão e integridade nas compras de medicamentos nas prefeituras paraibanas

Fernando José Vieira Torres
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
E-mail: fernando.vieira@ufpe.br

Flávio Henrique da Silva
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
E-mail: flavio.hsilva@ufpe.br

Maurício Assuero Lima de Freitas
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
E-mail: mauricio.lfreitas@ufpe.br

Joséte Florencio dos Santos
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
E-mail: josete.santos@ufpe.br

RESUMO

O estudo analisou os gastos fora do padrão (GFP) na aquisição de medicamentos e insumos farmacêuticos como potenciais indicadores de risco para o monitoramento da qualidade do gasto público e o fortalecimento da integridade pública nos municípios paraibanos. A pesquisa adotou uma abordagem quantitativa, utilizando dados de 223 municípios da Paraíba, entre 2022 e 2024, obtidos junto ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB), ao Ipeadata e à Firjan. Para identificar os fatores associados aos GFP, empregou-se regressão linear múltipla. Complementarmente, realizou-se uma etapa de triangulação de dados por meio de solicitações de acesso à informação a municípios selecionados. Os resultados evidenciaram crescimento dos GFP ao longo do período e elevada heterogeneidade entre os municípios. A distância em relação à capital e a dependência de repasses estaduais apresentaram associação estatisticamente significativa com os GFP, enquanto os indicadores formais de gestão municipal não foram significativos. A etapa complementar revelou limitações na transparência e no acesso à informação. Conclui-se que os GFP refletem vulnerabilidades estruturais da gestão pública e podem ser utilizados como indicadores de risco para o monitoramento preventivo e o fortalecimento da integridade pública.

Palavras-chave: Controle Externo. Gastos Fora do Padrão. Integridade Pública. Saúde Pública. Transparência Pública.
Método da Pesquisa: MET3 - Arquivo/Banco de Dados
Área de Conhecimento da Pesquisa: AT6 - Contabilidade no Setor Público e Governamental

AT6 - 2994

Leasing no setor público e teoria da contabilidade: da IPSAS 13 à IPSAS 43 e as tensões conceituais

Giovanna Ribeiro Araujo de Souza
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: giovannaras@gmail.com

Beatriz Fátima Morgan
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: beatrizmorgan@unb.br

Abimael de Jesus Barros Costa
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: acosta@unb.br

RESUMO

O presente ensaio teórico analisa, à luz da teoria da contabilidade, os debates normativos e conceituais que marcaram a evolução do tratamento contábil do arrendamento mercantil no setor público, da IPSAS 13 à IPSAS 43, com ênfase nas tensões conceituais específicas desse contexto. O ensaio evidencia que a IPSAS 43, publicada em 2022 e em vigor desde janeiro de 2025, reproduz no setor público a mesma assimetria arrendador e arrendatário criticada no IFRS 16, com agravantes próprios do contexto público: a finalidade de prestação de serviços em vez de geração de lucro, coloca sob questionamento, os critérios de controle e de transferência de benefícios econômicos futuros desenvolvidos para entidades privadas; o conceito de potencial de serviço, específico do setor público, não foi plenamente integrado ao modelo normativo do arrendamento; e, no Brasil, a adoção das IPSAS é parcial e não uniforme entre os entes federativos, tornando o impacto da IPSAS 43 um tema ainda incipiente na literatura nacional. O ensaio contribui para o aprofundamento do debate teórico sobre o leasing no setor público, identificando lacunas na aplicação consistente dos conceitos contábeis e apontando a IPSAS 43 como fronteira de pesquisa relevante para a academia e para a gestão pública brasileira.

Palavras-chave: IPSAS 43. IPSAS 13. Leasing. Setor público. Teoria da contabilidade
Método da Pesquisa: MET5 - Ensaio teórico
Área de Conhecimento da Pesquisa: Contabilidade no Setor Público e Governamental

AT6 - 2995

Orçamento impositivo e desafios na execução financeira de emendas na SUDAM

Keppler João Assis da Mota Júnior
Universidade Federal do Pará - UFPA
keppler_assis@hotmail.com

Leila Marcia Sousa de Lima Elias
Universidade Federal do Pará - UFPA
leilamarcia@ufpa.br

Diana Vaz de Lima
Universidade de Brasília - UnB
diana_lima@unb.br

RESUMO

Este artigo analisa o paradoxo entre a obrigatoriedade constitucional de execução das emendas orçamentárias e sua efetividade financeira no financiamento do desenvolvimento regional. Sob as lentes da Teoria da Escolha Pública e do *accountability*, investigam-se os gargalos que limitam as transferências obrigatórias. Realizou-se um estudo de caso com abordagem mista focado na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), analisando dados do SIGA Brasil e da Plataforma +Brasil (2014-2022), além de questionários aplicados ao corpo técnico. Os resultados indicam que a execução financeira média permaneceu em patamar crítico (2,4%), restringida por entraves burocráticos e cláusulas suspensivas em projetos de engenharia. A dinâmica política privilegia projetos de baixa complexidade e alta visibilidade eleitoral (*pork barrel*), em detrimento do planejamento estratégico regional. O estudo contribui para a literatura ao demonstrar empiricamente que a impositividade legal, desvinculada da capacidade técnica local e do planejamento de longo prazo, gera uma ilusão de financiamento que compromete o *accountability* social e a governança pública.

Palavras-chave: *Accountability*; Desenvolvimento Regional. Orçamento Impositivo. Teoria da Escolha Pública. SUDAM.
Método da Pesquisa: Analítico/Modelagem (MET1)
Área de Conhecimento da Pesquisa: AT6 - Contabilidade no Setor Público e Governamental

AT6 - 2996

Orçamento que não chega ao estudante: análise da ação 4002 PNAES entre 2023 e 2025

Tiago de Moura
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: tiagomourabh@gmail.com

Gilmara Martins de Oliveira
Universidade de Brasília - UNB
E-mail: gilmara.martins01@gmail.com

Manoel Francelino dos Santos Filho
Universidade de Brasília - UNB
E-mail:manoel.francelinofh@gmail.com

RESUMO

Este ensaio analisa a execução orçamentária da Ação 4002 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior nas 69 universidades federais brasileiras no triênio 2023-2025. Com base em dados do Painel do Orçamento Federal (SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento), decompostos por Plano Orçamentário, Grupo de Natureza de Despesa. O estudo identifica três camadas de represamento que impedem que o orçamento autorizado se converta em benefícios efetivos: dotação não executada, constatação de Restos a Pagar Não Processados e Restos a Pagar Processados. Argumenta-se que a baixa execução resulta não apenas de insuficiência orçamentária, mas de problema estrutural de capacidade institucional dos executores, marcado pela ausência de formação contábil e orçamentária adequada nos quadros das IFES. O Plano Orçamentário - PO 0001 - Incluir e o PO 0004 - PROMISAES registraram as menores taxas. A heterogeneidade das taxas de execução orçamentária entre as instituições, que variam de 29,3% a 99,8%, reforça o argumento de que fatores endógenos de gestão são determinantes da efetividade da política de assistência estudantil por meio da ação 4002.

Palavras-chave: Assistência Estudantil. Orçamento Público. PNAES. Universidades Federais.
Método da Pesquisa: MET5 - Ensaio Teórico
Área de Conhecimento da Pesquisa: AT6 - Contabilidade no Setor Público e Governamental

AT6 - 3009

Dívida ativa da união nos pareceres prévios do TCU: apontamentos e follow-up das recomendações (2015-2024)

Tomas Mariano Ramalho Abe
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: tomas.mariano@aluno.unb.br

Abimael de Jesus Barros Costa
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: acosta@unb.br

RESUMO

Este estudo analisa como o controle externo exercido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) tratou a Dívida Ativa da União (DAU) administrada pela PGFN nos pareceres prévios sobre as Contas do Presidente da República (2015-2024) e o que o acompanhamento das recomendações revela sobre sua implementação. A análise apoia-se no conceito de *accountability* horizontal (O'Donnell), na distinção entre *answerability* e *enforceability* (Schedler) e na mensuração dos efeitos das auditorias pelo grau de implementação das recomendações (Bonollo). Por meio de análise de conteúdo dos dez relatórios do período, os apontamentos foram classificados em quatro categorias temáticas e o atendimento das recomendações em três níveis. Os resultados revelam presença sistemática do tema, com ampliação qualitativa do foco, incorporando, além da mensuração e recuperabilidade dos créditos, a transparência da informação divulgada. Identificaram-se dois ciclos de recomendações, separados por um intervalo de cinco exercícios, e a tensão entre atendimento formal e efetividade substantiva das medidas. O estudo contribui ao documentar empiricamente a evolução da fiscalização da DAU ao longo de uma década e ao ilustrar o alcance e os limites do *follow-up* nos pareceres prévios.

Palavras-chave: *Accountability.* Dívida Ativa da União. *Follow-up.* Pareceres Prévios. Tribunal de Contas da União.

Método da Pesquisa: MET5 - Ensaio Teórico

Área de Conhecimento da Pesquisa: AT6 - Contabilidade no Setor Público e Governamental

AT6 - 3012

FUNDEB e gestão fiscal municipal: a aplicação mínima de 70% pressiona o limite de despesa com pessoal da LRF? evidências dos municípios da assudoeste (2022 -2025)

Ana Lidia de Oliveira Munhós
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: analidiaoliveiramunhos@gmail.com

Dra. Francielle Rodrigues N. Voltarelli de Freitas
Universidade de Brasília - UnB
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste
E-mail: francielle.voltarelli@gmail.com

Dr. Djones Derkyan Teixeira dos Santos
Universidade de Brasília - UnB
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste
E-mail: derkdjones@hotmail.com

Dr. Edilson Bezerra da Silva
Universidade de Brasília - UnB
Universidade Estadual de Goiás - UEG
E-mail: edilsonbezerradasilvaueg@gmail.com

RESUMO

Este estudo verificou se a aplicação mínima de 70% dos recursos do Fundeb está associada ao descumprimento do limite de 54% da Receita Corrente Líquida (RCL) com despesa de pessoal do Executivo, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Analisou-se painel de sete municípios da ASSUDOESTE (RS), entre 2022 e 2025, com 28 observações, a partir dos RGF e RREO (Siconfi e TCE-RS). A despesa foi medida pela Despesa Total com Pessoal sobre a RCL ajustada, e os valores monetários foram deflacionados pelo IPCA a preços de 2025. Todos os municípios cumpriram a regra dos 70% em todos os anos, mas apenas Bagé e Caçapava do Sul extrapolaram o limite da LRF. A correlação entre aplicação do Fundeb e despesa com pessoal foi nula e não significativa ($r = -0,05$; $p = 0,80$), e os municípios em descumprimento seguiram acima de 54% mesmo sem a parcela do Fundeb. Conclui-se que, na amostra, o Fundeb não é fator determinante do descumprimento do limite de pessoal. Os casos de extrapolação parecem decorrer de fatores estruturais, como porte da folha, composição das receitas e capacidade arrecadatória. O estudo

contribui ao testar estatisticamente uma relação geralmente tratada de forma descritiva, oferecendo evidência regional sobre a convivência entre piso educacional e teto fiscal.

Palavras-chave: Despesa com Pessoal. Fundeb. Gestão Fiscal Municipal. Lei de Responsabilidade Fiscal. Receita Corrente Líquida.
Método da Pesquisa: MET3 - Arquivo /Banco de Dados
Área de Conhecimento da Pesquisa: AT6 - Contabilidade no Setor Público e Governamental.

AT6 - 3020

Paradoxo da transparência nas organizações internacionais: existe gerenciamento de resultados na ONU?

Lucas M. Nutels
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: lucas.nutels@aluno.unb.br

Marcelo da Silva Sousa
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: marcelo.sousa@unb.br

RESUMO

A adoção das IPSAS por Organizações Internacionais (OIs) é amplamente enquadrada como um pilar fundamental de transparência, contudo, este estudo problematiza essa narrativa ao argumentar que a transição do regime de caixa para o regime de competência expande a margem discricionária da gestão. Cria-se, assim, um ambiente estruturalmente propício ao Gerenciamento de Resultados (GR) justamente nas entidades que demandam maior validação simbólica. A análise tensiona a literatura clássica sobre GR com as especificidades da governança *sui generis* das OIs, marcadas pela ausência de um regulador supranacional, pela escassez de mecanismos de *enforcement* e pela subordinação da qualidade técnica da informação contábil a pressões político-institucionais. Ancorado na Teoria da Legitimidade, o estudo examina o caso ilustrativo da Organização das Nações Unidas (ONU) e sustenta que as reformas contábeis respondem prioritariamente à busca por validação simbólica e isomorfismo junto às partes interessadas, e não necessariamente à utilidade da informação para a tomada de decisão. O estudo contribui originalmente, ao sistematizar a questão e propor preliminarmente hipóteses testáveis associadas a pontos críticos de tensão em normas específicas, orientando uma futura agenda de investigação.

Palavras-chave: *Accountability.* Gerenciamento de Resultados. IPSAS. Organizações Internacionais. Transparência.
Método da Pesquisa: MET5 - Ensaio Teórico
Área Temática: AT6 - Contabilidade no Setor Público e Governamental

AT6 - 3022

Governança pública nas IFES: análise da qualificação docente e da qualidade dos cursos sobre o IESGO

Martha Maria Lisboa Ferreira Francelino
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa
E-mail: marthalffrancelino@gmail.com

Manoel Francelino dos Santos Filho
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: manoel.francelinofh@gmail.com

Tiago de Moura
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: tiagomourabh@gmail.com

RESUMO

A governança no setor público constitui elemento essencial para a eficiência e a qualidade dos serviços prestados à sociedade, e, no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), está relacionada à qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão ofertados. Diante desse contexto, este estudo teve como objetivo investigar em que medida a qualificação do corpo docente (IQCD) e o desempenho acadêmico dos cursos (IGC) influenciam o nível de governança, sustentabilidade e gestão (iESGo) das IFES brasileiras. Para tanto, realizou-se uma pesquisa quantitativa, descritiva e correlacional, com dados secundários referentes às IFES, no ano de 2024, obtidos junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), ao Ministério da Educação (MEC) e aos relatórios de gestão das instituições. Os dados foram analisados por meio de correlação de Pearson e de regressão linear múltipla. Os resultados indicaram correlações positivas entre o iESGo e ambas as variáveis independentes; contudo, na regressão, apenas o IGC apresentou efeito estatisticamente significativo sobre o iESGo, não se confirmando a hipótese relativa ao IQCD. Conclui-se que a qualidade acadêmica dos cursos possui influência sobre a governança institucional, ao passo que a qualificação docente, isoladamente, não exerce influência.

Palavras-chave: Governança pública. Qualificação Docente. Universidades Federais.
Método da Pesquisa: MET3 - Arquivo/Banco de Dados
Área de Conhecimento da Pesquisa: AT6 - Contabilidade no Setor Público e Governamental

AT6 - 3030

Heritage assets e os limites éticos da representação monetária do patrimônio cultural: uma análise teórico-conceitual

Mariana Porto Fernandes
Universidade de Brasília - UNB
E-mail: mariptfernandes@gmail.com

Luiza Arcangela de Almeida Pinheiro
Universidade de Brasília - UNB
E-mail: luizaarcangela@gmail.com

RESUMO

A literatura sobre *Heritage Assets* tem concentrado seus esforços na discussão de problemas relacionados ao reconhecimento, à mensuração e à evidenciação desses bens, enfatizando dificuldades decorrentes de sua singularidade, irreprodutibilidade, ausência de mercados ativos e multiplicidade de valores. Embora tais desafios sejam frequentemente tratados como questões técnicas, este estudo parte da premissa de que eles podem refletir tensões mais profundas relacionadas à própria natureza do valor atribuído ao patrimônio cultural. Nesse contexto, o objetivo do artigo é analisar criticamente os pressupostos que sustentam a mensuração monetária dos *Heritage Assets,* discutindo a coexistência de diferentes formas de valor. Trata-se de uma pesquisa teórico-conceitual, de natureza exploratória e abordagem qualitativa, fundamentada na articulação interdisciplinar entre literatura contábil, filosofia aristotélica e sociologia econômica. Os resultados indicam que os *Heritage Assets* incorporam valores que não são plenamente capturados por métricas monetárias, privilegiando determinados atributos, tensionando sua finalidade e consequentemente os limites da monetização.

Palavras-chave: *Heritage Assets*. Mensuração contábil. Monetização. Patrimônio Cultural. Sociologia econômica.

Método da Pesquisa: Crítico/Interdisciplinar.

Área de Conhecimento da Pesquisa: Contabilidade no Setor Público e Governamental.

AT6 - 3048

Business Intelligence e transparência pública: aplicação de um painel analítico de emendas parlamentares em uma universidade federal

Antônio Marcio Lopes Bezerra
Universidade de Brasília - UnB

Jeremias Pereira da Silva Arraes
Universidade de Brasília - UnB

Guilherme Luis da Costa
Universidade de Brasília - UnB

Lucas Teles de Alcântara
Universidade de Brasília - UnB

RESUMO

A crescente demanda por transparência, accountability e eficiência na administração pública tem ampliado a utilização de ferramentas digitais voltadas à análise de dados governamentais. Nesse contexto, os painéis analíticos (dashboards) assumem papel estratégico ao transformar dados dispersos em informações gerenciais capazes de subsidiar a tomada de decisão. O presente estudo apresenta o desenvolvimento e a aplicação de um painel analítico de emendas parlamentares implementado na Fundação Universidade de Brasília (FUB), com o objetivo de fortalecer a governança, a transparência ativa e o monitoramento da execução orçamentária e financeira. A pesquisa adota abordagem qualitativa, aplicada e descritiva, por meio de estudo de caso e análise documental. O painel foi desenvolvido com as linguagens de programação *Python e Streamlit*, integrando dados extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), sistema que opera em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP). Os resultados demonstram que a solução contribui para reduzir a fragmentação informacional, ampliar a capacidade analítica institucional e melhorar o acompanhamento dos estágios da despesa pública — empenho, liquidação e pagamento — relacionados às emendas parlamentares. Conclui-se que ferramentas de Business Intelligence aplicadas ao setor público podem fortalecer mecanismos de

controle, transparência e apoio à decisão em instituições públicas de ensino superior, ao transformar dados contábeis normatizados em informações acessíveis à gestão e ao controle social.

Palavras-chave: *Business Intelligence*. Contabilidade Pública. *Dashboards.* Emendas Parlamentares. Transparência Pública.
Método da Pesquisa: Qualitativo
Área de Conhecimento da Pesquisa: AT6 - Contabilidade no Setor Público e Governamental

AT7



Coordenador de Área
Prof. Dr. Henrique Portulhak
UFPR

Área Temática

TEMAS EMERGENTES, SETORES ESPECÍFICOS E EDUCAÇÃO

Abrange pesquisas interdisciplinares e inovadoras que não se enquadram diretamente nas demais áreas temáticas. Inclui estudos aplicados à contabilidade em setores regulados e específicos, como energia, saúde, previdência, cooperativas, terceiro setor, agências reguladoras e entidades religiosas, e estudos sobre educação contábil.

AT7 - 2973

Opacidade algorítmica no setor público: uma análise à luz do plano brasileiro de inteligência artificial

Vanessa Martins de Rezende Ramos
PPGCONT - Universidade de Brasília - Unb
E-mail: vanpesq@gmail.com

Prof. Dr. Abimael de Jesus Barros Costa
PPGCONT- Universidade de Brasília - UnB
E-mail: acosta@unb.br

RESUMO

O presente ensaio analisa a opacidade algorítmica no setor público brasileiro a partir de revisão bibliográfica sistemática e de análise documental do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA). Adotou-se o protocolo PRISMA. A definição das palavras-chave partiu de sete artigos iniciais, que orientaram as buscas nas bases Scopus e SPELL. Na Scopus, foram identificados 33 artigos publicados nos últimos cinco anos, filtrados pela área de negócios e em inglês, dos quais 17 foram selecionados para confronto com o PBIA, somados a dois artigos da base SPELL. O trabalho apresenta o estado da arte dos conceitos centrais, a opacidade algorítmica e o marco normativo do PBIA, e procede à confrontação entre eles. Os resultados evidenciam que o PBIA não prevê mecanismos efetivos que tornem obrigatória a transparência dos algoritmos desenvolvidos e operados por sistemas públicos de IA, o que aponta para a necessidade de revisão do plano sob uma perspectiva mais exigente de transparência algorítmica.

Palavras-chave: Algoritmo. Brasil. Inteligência Artificial. Opacidade. Poder Público.
Método da Pesquisa: Ensaio Teórico.
Área de Conhecimento da Pesquisa: AT7 - Temas Emergentes, Setores Específicos e Educação

AT7 - 2984

Inteligência artificial na contabilidade: inimiga ou aliada?

Jose Augusto Sousa Martins
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: martins_cont@hotmail.com

RESUMO

Este ensaio buscou explorar as contribuições do uso da Inteligência Artificial (IA) na contabilidade, buscando evidenciar se esta ferramenta poderia ser considerada uma inimiga ou aliada da profissão. O artigo apresenta as conceituações e evolução da IA em diversos campos e na contabilidade, apresentando as características e os principais desafios para adoção das ferramentas de IA na contabilidade. A análise crítica reflexiva destaca as principais implicações e as consequências da adoção da IA na contabilidade, os custos e as demandas originadas no processo. A adoção de IA na contabilidade tem sido um tema emergente nos debates acadêmicos e consequentemente têm apresentado possibilidades para o desenvolvimento de estudos relacionados à implementação e seus reflexos. Os resultados evidenciaram a IA como realidade irreversível, assim como todo instrumento do avanço tecnológico, que surge e vai sendo aperfeiçoado. A principal evidência é que a IA não pode ser considerada uma inimiga da contabilidade e do profissional, pois é uma ferramenta de otimização dos processos da prática contábil, a qual permite uma diversidade de utilidades.

Palavras-Chave: Avanço Tecnológico. Inteligência Artificial (IA). Prática Contábil. Transformação Digital.
Método da Pesquisa: MET5 - Ensaio Teórico
Área de Conhecimento da Pesquisa: AT7 - Temas Emergentes, Setores Específicos e Educação

AT7 - 2986

Materiality as a filtering mechanism: selective stakeholder visibility in the energy transition

Mara Regina dos Santos Reinehr
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: mrreinehr@gmail.com

Paulo Roberto Barbosa Lustosa
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: prblustosa@gmail.com

Piotr Staszkiewicz
SGH Warsaw School of Economics
E-mail: pstasz@sgh.waw.pl

ABSTRACT

Recent developments in sustainability reporting have positioned double materiality as a mechanism for expanding corporate accountability. However, whether these developments broaden the visibility of socio-territorial externalities remains uncertain. This study examines how materiality processes shape selective stakeholder visibility in the energy transition. Based on Enel Brazil's sustainability reports related to the São Gonçalo Solar Complex (2020 -2024), complemented by judicial proceedings and field observations, the findings show that positive externalities and strategically relevant stakeholders occupy a central position in disclosure, whereas conflicts, territorial impacts, and community experiences remain less visible. Despite increasing reporting sophistication, the results suggest that accountability in the energy transition emerges across competing arenas rather than exclusively through sustainability reporting, highlighting the limits of disclosure-centered accountability in peripheral territories of the Global South.

Palavras-chave: Double Materiality. Energy Transition. Environmental Justice. Selective Stakeholder Visibility. Sustainability Reporting.
Research Method: MET6 - Crítico/Interdisciplinar
Research Knowledge Field: AT7 - Emerging Topics, Specific Sectors and Education

AT7 - 2991

Beyond variables: an essay on the epistemology of empirical accounting research

Vagner Antônio Marques
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
E-mail: vagner.marques@ufes.br

ABSTRACT

Empirical accounting research has become increasingly sophisticated in causal identification, yet this progress has not always been matched by equivalent attention to theory and construct validity. This essay argues that a statistically credible association between proxy measures does not, by itself, explain the phenomena those measures represent. Drawing on the philosophy of science and accounting methodology, it examines the interdependence of theoretical explanation, construct validity, and identification credibility as conditions for meaningful inquiry. The analysis advances the double failure thesis: when theory and construct validity are weak, identification strategies may generate credible estimates of the wrong theoretical quantity. Building on this diagnosis, the essay develops a five-moment framework comprising theoretical explanation, construct validity, identification and inference, interpretive evaluation, and theoretical refinement. The framework preserves the connection among theoretical phenomena, empirical measures, causal designs, and cumulative knowledge. The essay contributes by repositioning construct validity as a necessary epistemological condition and clarifying the complementary roles of theory, measurement, and identification.

Keywords: Construct Validity. Empirical Accounting Research. Epistemology. Proxy Misalignment. Theoretical Explanation.
Research Method: MET5 - Theoretical Essay
Research Knowledge Field: AT7 - Emerging Topics, Specific Sectors and Education

AT7 - 3010

Pós-graduação em contabilidade forense: o que dizer de brasil e estados unidos?

Sinara Karine Eufrázio de Carvalho
Academia Nacional de Polícia - DIREN-ANP/PF
E-mail: sinarakeufrazio@hotmail.com

Rafael Sousa Lima
Universidade do Distrito Federal - UnDF
E-mail: rafael.lima@undf.edu.br

RESUMO

Este estudo teve como objetivo realizar uma análise comparativa entre o ensino da pós-graduação em contabilidade forense no Brasil e nos Estados Unidos, com ênfase nas metodologias pedagógicas adotadas, e tendo por base teórica as dimensões culturais propostas por Hofstede. A pesquisa caracteriza-se como exploratória, qualitativa e documental. A coleta de dados ocorreu em 2025 via sites oficiais de instituições de ensino superior. No Brasil, verificou-se que a oferta se restringe a cursos lato sensu, com ênfase teórica, currículos rígidos e avaliações padronizadas, refletindo maior distância do poder e elevada aversão à incerteza. Nos Estados Unidos predominam programas stricto sensu, com adoção de metodologias ativas, simulações e forte integração com a prática profissional, alinhados à orientação para resultados e ao planejamento de longo prazo. Os resultados sugerem que no Brasil há espaço para aprimoramento dos projetos pedagógicos dos cursos de pós-graduação, inclusive com maior adoção de práticas e exercícios ligados ao contexto profissional, maior integração com a realidade investigativa, valorização da pesquisa aplicada e métodos ativos. Espera-se que esta pesquisa contribua ao oferecer um panorama internacional comparativo, o que pode estimular o debate sobre a evolução educacional no campo da contabilidade forense.

Palavras-chave: Contabilidade Forense. Educação e Formação Profissional. Ensino Contábil.
Método da Pesquisa: MET7 - Survey
Área de Conhecimento da Pesquisa: AT7 - Temas Emergentes, Setores Específicos e Educação

AT7 - 3027

Educação financeira, sustentabilidade e valorização educacional no ensino médio técnico

Jonatas Guilherme Ferraz dos Santos Oliveira
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
E-mail: jonatas.ferraz@ufpe.br

Fernando José Vieira Torres
Universidade Federal da Paraíba - UFPE
E-mail: fernando.vieira@ufpe.br

Eliana Andréa Severo
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
E-mail: eliana.severo@ufpe.br

Joséte Florencio dos Santos
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
E-mail: josete.santos@ufpe.br

RESUMO

Este estudo investiga a influência da educação financeira no consumo sustentável e na percepção da qualidade da educação entre alunos do ensino médio técnico. Foi realizada uma pesquisa quantitativa e descritiva com 114 alunos de uma escola técnica pública em Pernambuco, Brasil. Os dados foram analisados por meio de análise fatorial exploratória, testes de confiabilidade, Kruskal-Wallis e regressão linear múltipla com bootstrapping. Os resultados indicam que a educação financeira influencia positivamente a percepção da qualidade da educação, destacando a orientação escolar formal como importante fator preditivo. No entanto, não foi identificada relação direta entre educação financeira e consumo sustentável na amostra geral, sugerindo uma lacuna entre competência financeira e comportamento ambientalmente responsável. Análises adicionais revelaram efeito moderador da especialização acadêmica: entre alunos de logística, a educação financeira explicou parcela significativa do consumo sustentável, indicando que currículos orientados à gestão podem facilitar a integração entre raciocínio financeiro e consciência ambiental. Essas descobertas contribuem para a literatura e oferecem implicações para integrar educação financeira e sustentabilidade nos currículos técnicos.

Palavras-chave: Consumo Sustentável. Educação Financeira. Educação de Qualidade.
Método da Pesquisa: MET7 - Survey.
Área de Conhecimento da Pesquisa: AT7 - Temas Emergentes, Setores Específicos e Educação.

AT7 - 3029

Crédito de carbono: uma discussão teórica a partir de conceitos da física quântica

David Mendes
Universidade Estadual de Goiás - UEG
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: david.mendes@ueg.br

Vanessa Martins de Rezende Ramos
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: vanpesq@gmail.com

RESUMO

Este ensaio teórico discute os fundamentos onto-epistemológicos do crédito de carbono a partir da física quântica, mobilizada como heurística ontológica, e não como analogia literal, com ancoragem no realismo agencial de Karen Barad. Partindo da provocação acerca do emaranhamento do goodwill, o ensaio examina os aparatos normativos recentes. A tese resultante é que o crédito de carbono, como objeto contábil, é agencial: sua realidade econômica emerge da intra-ação entre o fenômeno físico e o aparato normativo que o reconhece, mediante cortes agenciais que diferenciam e emaranham num só movimento, promulgando o que importa e excluindo o que não importa contabilmente. Em vez de prescrição normativa, o ensaio oferece um convite epistemológico para que normatizadores, certificadores e usuários prestem contas das exclusões que seus aparatos promulgam, mantendo-as abertas à contestação e à reformulação.

Palavras-chave: Crédito de Carbono. Contabilidade de Carbono. Física Quântica. Realismo Agencial.
Método da Pesquisa: Ensaio Teórico.
Área de Conhecimento da Pesquisa: AT7 - Temas Emergentes, Setores Específicos e Educação



Coordenadora de Área
Prof.ª Dr.ª Nyalle Barboza Matos
UEA

INICIAÇÃO CIENTÍFICA

IC -2965

Inteligência artificial na educação continuada: uma análise da atuação dos conselhos regionais de contabilidade

Wendell de Almeida Dias
Universidade Federal Fluminense - UFF VR
E-mail: wendelldias@id.uff.br

Mariana Pereira Bonfim
Universidade Federal Fluminense - UFF
E-mail: marianabonfim@id.uff.br

RESUMO

A Inteligência Artificial (IA) tem transformado a contabilidade, trazendo novas formas de automatizar tarefas, analisar dados e apoiar decisões estratégicas. Por isso, torna-se essencial que os profissionais contábeis desenvolvam competências alinhadas à Contabilidade 4.0. Este estudo tem como objetivo analisar a atuação dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) na oferta de capacitação em IA, por meio do Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC). Para isso, foram analisados 132, relacionados à IA e tecnologias emergentes, disponíveis na base oficial do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), referente ao período de janeiro de 2024 a setembro de 2025. Os principais achados sobre a amostra indicam: (i) o sistema CFC/CRC é protagonista na oferta, sendo responsável direto pela maioria dos cursos de IA (62%), atuando também como um *hub* qualificado, credenciando ofertas por outras entidades; (ii) a capacitação é predominantemente digital: com 61,4% dos cursos na modalidade EAD, o PEPC demonstra adaptação às novas formas de ensino para escalar o conhecimento tecnológico; e, por fim, (iii) a oferta é recente e reativa: a análise temporal evidenciou uma reação do sistema CFC/CRC, com a oferta de cursos explodindo no período analisado.

Palavras-chave: CFC. CRC. Contabilidade 4.0. Educação Profissional Continuada. Inteligência Artificial.

Método da Pesquisa: MET3 - Arquivo/Banco de Dados.

Área de Conhecimento da Pesquisa: (Iniciação Científica) AT7 - Temas Emergentes, Setores Específicos e Educação.

IC - 2967

Indicadores de desempenho na gestão orçamentária: eficácia dos gastos públicos sob a ótica da contabilidade governamental

Jessé de Souza Carvalho Neto
Universidade Federal de Goiás - UFG
E-mail: jesse.carvalho@discente.ufg.br

Gilberto Crispim
Universidade Federal de Goiás - UFG
E-mail: crispim@ufg.br

Celma Duque Ferreira
Universidade Federal de Goiás - UFG
E-mail: celmaduque@ufg.br

RESUMO

O estudo analisou a utilização de indicadores contábeis e orçamentários, como instrumentos de avaliação da qualidade e da efetividade da gestão pública. Para isso, utilizou indicadores contábeis e orçamentários como instrumentos de avaliação da qualidade e da efetividade da gestão pública, sob a ótica da contabilidade governamental, assim como pressupostos da gestão pública orientada a resultados e avaliação de desempenho, com destaque para os conceitos de eficiência, eficácia, efetividade fiscal, accountability e qualidade do gasto público. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa quantitativa, descritiva e explicativa, realizada com amostra de 50 municípios brasileiros, os dez mais populosos de cada região do país, no período de 2020 a 2024. Foram utilizados indicadores fiscais e orçamentários, análise descritiva e regressão linear múltipla com dados em painel estimada por efeitos fixos. Os resultados evidenciam crescimento contínuo das receitas e despesas, porém com expansão das despesas em ritmo superior ao das receitas, indicando pressão sobre o equilíbrio fiscal. A regressão demonstrou que a receita per capita e a autonomia financeira apresentam relação positiva e estatisticamente significativa com o desempenho orçamentário, corroborando as hipóteses associadas à capacidade arrecadatória e à autonomia fiscal.

Palavras-chave: Contabilidade governamental. Eficácia dos Gastos Públicos. Gestão Orçamentária. Indicadores de Desempenho.
Método da Pesquisa: MET3 - Arquivo/Banco de Dados
Área de Conhecimento da Pesquisa: (Iniciação Científica) AT6 - Contabilidade no Setor Público e Governamental.

IC - 2974

Análise no desempenho econômico-financeiro dos clubes SAF da Série A

Franciele Correia de Oliveira
Universidade Federal Fluminense - UFF VR
E-mail: francieleoliveira@id.uff.br

Mariana Pereira Bonfim
Universidade Federal Fluminense - UFF
E-mail: marianabonfim@id.uff.br

Aline Moura Costa da Silva
Universidade Federal Fluminense - UFF
E-mail: alinemoura@id.uff.br

RESUMO

O futebol tem se tornado uma indústria milionária que atrai investidores globais: em 2024, as receitas dos clubes da Série A do Campeonato Brasileiro atingiram R$10,2 bilhões. Apesar desse crescimento, os clubes brasileiros ainda enfrentam problemas de endividamento causados pela falta de profissionalização e transparência do setor. Diante desse cenário, foi promulgada a Lei da Sociedade Anônima de Futebol (SAF), com o objetivo incentivar os clubes a migrarem para a estrutura empresarial. A partir disso, o presente estudo se propôs a analisar o desempenho econômico e financeiro dos clubes de futebol brasileiros da série A que adotaram as SAFs, comparando os períodos antes e depois de sua implementação. Os clubes analisados foram: Atlético Mineiro, Bahia, Botafogo - RJ, Cruzeiro, Cuiabá e Vasco da Gama. Os resultados da pesquisa evidenciam que o modelo SAF tem gerado impacto positivo, mas diversificado, na saúde financeira e na eficiência da gestão dos clubes. Além disso, estratégias diferentes são utilizadas na gestão, com alguns clubes conseguindo converter investimento em lucros e outros direcionando o investimento a cobrir o passivo herdado. Conclui-se que o modelo de SAF tem sido um marco para a profissionalização do futebol brasileiro, profissionalizando a gestão, atraindo investidores e promovendo a transparência.

Palavras-chave: Desempenho. Futebol. Indicadores. Lei n° 14.193/2021. SAF.
Método da Pesquisa: MET3 - Arquivo/Banco de Dados.
Área de Conhecimento da Pesquisa: (Iniciação Científica) AT7 - Temas Emergentes, Setores Específicos e Educação

IC - 2982

Mais do que números: evidenciação contábil e percepção de usuários em desastres ambientais

Alice Alves Cardoso
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: alice96196698@gmail.com

César Augusto Tibúrcio Silva
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: cesaraugustotiburciosilva@gmail.com

RESUMO

O estudo investiga como o tamanho da provisão contábil e o grau de evidenciação nas notas explicativas influenciam a percepção e o comportamento de usuários da informação contábil em contextos de desastres ambientais. Fundamentado nas teorias da sinalização de Spence (1973) e da assimetria informacional de Akerlof (1970), adota abordagem quantitativa com questionário experimental junto a 209 respondentes, distribuídos em 4 cenários que combinam níveis distintos de provisão e evidenciação. Os dados foram analisados pela modelagem de equações estruturais com o *software RStudio*. Os resultados indicam que o grau de evidenciação influencia positivamente a percepção de qualidade da informação que, por sua vez, afeta a intenção de compra de ações e a disposição para negociação, confirmando a H2. Porém, o tamanho isolado da provisão não apresentou efeito significativo das variáveis comportamentais, rejeitando a H1, cujo resultado está associado, possivelmente, à ausência de âncora de referência para os valores monetários O estudo contribui para a literatura contábil brasileira ao relacionar a teoria da sinalização à percepção experimental de usuários em situações de desastre ambiental, reforçando que a qualidade da informação divulgada é mais relevante para o processo decisório do que o valor numérico da provisão isoladamente.

Palavras-chave: Desastres Ambientais. Evidenciação contábil. Percepção de Usuários. Provisões Ambientais. Teoria da Sinalização.
Método da Pesquisa: MET3 - Arquivo /Banco de Dados
Área de Conhecimento da Pesquisa: (Iniciação científica)

IC - 3007

Carga tributária das companhias abertas: evolução temporal e análise intersetorial

Letícia de Sousa Pereira
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: leticiasousap2000@gmail.com

José Alves Dantas
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: josealvesdantas@unb.br

RESUMO

Este estudo teve por objetivo identificar e analisar o nível e evolução da carga tributária das companhias listadas na B3, por meio da Taxa Efetiva de Tributação (ETR), incluindo uma análise intersetorial. A fundamentação baseia-se nos conceitos de carga tributária e esforço fiscal no Brasil, além das métricas de ETR como indicadores de gestão tributária. Utilizando dados de 2010 a 2025 das companhias listadas na B3, obtidos na base de dados na plataforma Economática. Foram aplicadas as métricas ETR GAAP e ETR Corrente em bases anuais e trienais. Os resultados indicam uma ETR média entre 17,34% e 21,07% no período, evidenciando um patamar inferior às alíquotas nominais, o que caracteriza a agressividade tributária em conformidade através de mecanismos como os juros sobre capital próprio (JCP) e outros benefícios tributários. A análise setorial revelou que os setores de Bens Industriais, Petróleo e Saúde possuem as maiores cargas, enquanto Holdings, Consumo Cíclico e Comunicações apresentam as menores. Isso revela que o setor de atuação é determinante na carga tributária e que métricas de longo prazo (3 anos) são mais eficazes para representar a política fiscal corporativa.

Palavras-chave: Carga Tributária Efetiva. Companhias Abertas. ETR. Planejamento Tributário. Setores Econômicos.
Método da Pesquisa: MET3 - Arquivo/Banco de Dados
Área de Conhecimento da Pesquisa: (Iniciação Científica)

IC - 3008

Educação financeira e previdência complementar: entre incertezas e escolhas

Adrienne Alves Araújo
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: adriennearaujo3@gmail.com

José Alves Dantas
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: josealvesdantas@unb.br

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo identificar como os estudantes da Universidade de Brasília (UnB) compreendem a relação entre a educação financeira e a previdência complementar, analisando seus hábitos de planejamento e suas percepções sobre a sustentabilidade do sistema previdenciário. A pesquisa, de caráter qualitativo e exploratório, utilizou a aplicação de questionário para rastrear as percepções e comportamentos dos alunos, contando com 209 respostas. Os resultados evidenciaram elevada preocupação com a sustentabilidade do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), mas também apontaram dificuldades práticas para a poupança de longo prazo, relacionadas principalmente à escassez de renda e à falta de disciplina financeira. Conclui-se que a educação financeira desempenha papel central na conscientização, sendo ferramenta indispensável para mitigar assimetrias e ampliar a autonomia dos indivíduos diante das incertezas do sistema público. Esses resultados reforçam a importância de políticas públicas que buscam ampliar o conhecimento financeiro e previdenciário. Além do ambiente universitário, é necessário expandir essas iniciativas para a educação básica, garantindo que crianças e adolescentes tenham contato precoce com conceitos de poupança, investimento e previdência complementar. A inclusão de conteúdos sobre finanças pessoais nas escolas públicas e privadas pode fortalecer a capacidade crítica dos jovens diante das opções financeiras, preparar para decisões conscientes e consolidar uma cultura de planejamento de longo prazo.

Palavras-chave: Educação Financeira. Estudantes Universitários. Previdência Complementar. Questionários. UnB.
Método da Pesquisa: MET7 - Survey.
Área de Conhecimento da Pesquisa: IC - Iniciação Científica.

IC - 3011

Valor de mercado, torcida e posição no campeonato brasileiro

Ana Luiza Celestino
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: analuizacelestino0712@gmail.com

César Augusto Tibúrcio Silva
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: cesaraugustotiburciosilva@gmail.com

RESUMO

O estudo analisa se a força econômica das equipes está relacionada ao resultado das partidas do Campeonato Brasileiro Série A, entre 2019 e 2025. Fundamenta-se na literatura que associa recursos financeiros, valor de mercado dos elencos, mando de campo, torcida e desempenho esportivo, adotando o valor de mercado como proxy da capacidade competitiva. A pesquisa é quantitativa, com 2.660 partidas sob a perspectiva do mandante. Foram estimados modelos logit ordenados, tendo como variável dependente o resultado da partida e como explicativas a diferença de valor de mercado, a torcida, a rodada, o ano e a diferença de posição entre mandante e visitante. Os resultados indicam que a diferença de valor de mercado apresenta associação positiva com o desempenho do mandante no modelo sem controle pela posição relativa na tabela. Essa associação deixa de ser significativa quando se inclui a diferença de posição, variável com efeito negativo. A torcida apresentou associação positiva apenas no modelo sem diferença de posição. Conclui-se que o valor econômico dos elencos importa, mas sua interpretação depende da trajetória competitiva das equipes. O estudo contribui ao analisar partidas, incorporando torcida e posição relativa como fatores contextuais.

Palavras-chave: Campeonato Brasileiro. Desempenho. Futebol. Logit Ordenado. Valor de Mercado.

Método da Pesquisa: Quantitativo.

Área de Conhecimento da Pesquisa: IC - Iniciação científica / AT7 - Temas Emergentes, Setores Específicos e Educação.

IC - 3036

Equidade racial e cumprimento da condicionalidade III do VAAR/Fundeb: estudo de caso em Cidade Ocidental (GO)

Graziella Lage Barbosa Farias Renault Ferreira
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: grenault@hotmail.com

Dra. Francielle Rodrigues N. Voltarelli de Freitas
Universidade de Brasília - UnB
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste
E-mail: francielle.voltarelli@gmail.com

Dr. Edilson Bezerra da Silva
Universidade de Brasília - UnB
Universidade Estadual de Goiás - UEG
E-mail: edilsonbezerradasilvaueg@gmail.com

RESUMO

A reformulação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) passou a vincular parte da complementação da União ao cumprimento de condicionalidades relacionadas à redução das desigualdades educacionais. Nesse contexto, o estudo analisa fatores associados ao não cumprimento da Condicionalidade III do Valor Aluno Ano por Resultados (VAAR/Fundeb) pelo município de Cidade Ocidental (GO). A pesquisa é aplicada, exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa e utilização complementar de dados quantitativos descritivos, adotando a estratégia de estudo de caso. Os dados foram obtidos por meio de pesquisa documental em relatórios do Ministério da Educação, Censo Escolar, bases do INEP, FNDE e documentos institucionais. Os resultados indicam que o não cumprimento da condicionalidade está associado a fatores educacionais, institucionais e territoriais, destacando-se a predominância de estudantes pretos e pardos na rede pública, indicadores de distorção idade-série acima das médias de referência e limitações de infraestrutura pedagógica. Conclui-se que o cumprimento da condicionalidade depende da articulação entre financiamento público, gestão educacional e capacidade institucional voltada à redução das desigualdades de aprendizagem.

Palavras-chave: Fundeb. Equidade Racial. Gestão Pública. Políticas Públicas Educacionais. VAAR.
Método da Pesquisa: MET2 - Estudo de Caso/Campo
Área de Conhecimento da Pesquisa: (Iniciação Científica) AT6 - Contabilidade no Setor Público e Governamental.

IC - 3039

Incentivos fiscais, tributação efetiva e distribuição do valor adicionado: evidências de empresas brasileiras

Daiani Souza Alves Castro
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
E-mail: daiani.alves@edu.ufes.br

Kéren Karla Rodrigues da Cruz
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
E-mail: keren.cruz@edu.ufes.br

Vagner Antônio Marques
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
E-mail: vagner.marques@ufes.br

RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar as diferenças na carga tributária efetiva, no desempenho econômico-financeiro e na distribuição do valor adicionado entre empresas com diferentes níveis de intensidade de incentivos fiscais. A pesquisa, descritiva e quantitativa, utilizou dados individualizados de benefícios tributários da Receita Federal do Brasil, combinados com informações das DFPs da CVM, referentes ao período de 2015 a 2023. A análise empregou estatística descritiva e testes de diferença entre médias e entre distribuições. Os resultados indicam que a maior parcela do valor adicionado foi destinada ao capital de terceiros e ao pessoal, enquanto o capital próprio apresentou média negativa, o que reflete firmas com prejuízos acumulados. Empresas mais beneficiadas por incentivos apresentaram ETR superior, efeito de composição amostral e destinaram, relativamente, mais ao pessoal e ao capital de terceiros e menos ao capital próprio. Os incentivos concentram-se em setores intensivos em tecnologia e capital. O estudo contribui ao articular dados individualizados da RFB com a DVA, evidenciando que os benefícios fiscais não promovem a distribuição equânime da riqueza entre os fatores de produção.

Palavras-chave: Incentivos fiscais; Demonstração do Valor Adicionado; Carga tributária efetiva. Demonstração do Valor Adicionado. Incentivos Fiscais. Distribuição da riqueza; Empresas brasileiras.
Método da Pesquisa: MET3 - Arquivo/Banco de Dados
Área de Conhecimento da Pesquisa: (Iniciação Científica) AT 3 - Contabilidade e Finanças

IC - 3041

Associação entre os *covenants* e o nível de conservadorismo nas empresas brasileiras listadas na B3

Pedro Henrique de Oliveira
Universidade Federal de Goiás - UFG
E-mail: pedro-ho@outlook.com

Júlio Orestes da Silva
Universidade Federal de Goiás - UFG
E-mail: juliosilva@ufg.br

Camila Araujo Machado
Escola Superior de Defesa - ESD
E-mail: am_camila@yahoo.com.br

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo verificar a associação entre o nível de conservadorismo contábil e os *covenants* vinculados às emissões de debêntures de empresas brasileiras da B3. Para isso, mensurou-se o conservadorismo contábil com base no modelo de Basu (1997) e no coeficiente de Francis, Hasan e Wu (2013), utilizando dados trimestrais do período de 2011 a 2025. A partir desse cálculo, as empresas foram classificadas em quartis, sendo selecionadas as primeiro e no quarto quartis, respectivamente, os grupos de menor e maior conservadorismo contábil. A amostra final foi composta por 31 empresas e os *covenants* obtidos a partir de documentos relacionados às emissões de debêntures, sendo que a análise dos dados foi realizada por meio de estatística descritiva e testes não paramétricos. A análise feita por meio teste de Fisher indicou diferença estatisticamente significativa entre os grupos quanto à presença de *covenants* e o teste de Mann-Whitney não indicou diferença significativa quanto à quantidade total de *covenants*. Os resultados sugerem evidências favoráveis à associação entre maior conservadorismo contábil e presença de *covenants* em emissões de debêntures, embora a hipótese seja confirmada parcialmente, uma vez que a diferença na quantidade total de cláusulas não foi estatisticamente significativa.

Palavras-chave: Conservadorismo Contábil. Contratos de Dívida. *Covenants. Debêntures.*
Método da Pesquisa: MET3 - Arquivo/Banco de Dados
Área de Conhecimento da Pesquisa: (Iniciação Científica) AT3 - Contabilidade e Finanças

IC - 3043

A influência da governança familiar nas políticas de capital de giro: evidências de empresas listadas na B3

Cristiny Vitor Dias da Silva
Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT
E-mail: cristiny.silva@sou.ufmt.br

Manuela Gonçalves Barros
Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT
E-mail: manuela.barros@ufmt.br

RESUMO

Este estudo teve como objetivo investigar se e como a natureza familiar das empresas influencia sua política de capital de giro, comparando empresas familiares e não familiares de capital aberto listadas no Brasil, Bolsa, Balcão (B3). A pesquisa caracteriza-se como descritiva, documental e quantitativa, utilizando uma amostra de 94 empresas no período de 2010 a 2019, classificadas segundo o critério de gestão familiar. Foram analisadas seis métricas de capital de giro por meio de regressões com dados em painel. Os resultados indicam influência parcial da natureza familiar. Empresas familiares apresentaram Prazo Médio de Recebimento (PMR), Prazo Médio de Pagamento (PMP), Ciclo de Conversão de Caixa (CCC) e Requerimento de Capital de Giro (RCG) menores em relação às não familiares. Não foram identificadas evidências de influência da natureza familiar sobre o Prazo Médio de Estocagem (PME) e o Capital de Giro Líquido (CGL). O estudo contribui para a literatura nacional sobre finanças corporativas e empresas familiares ao evidenciar que a influência da gestão familiar sobre a gestão do capital de giro não ocorre de forma uniforme, manifestando-se de forma distinta entre as diferentes métricas analisadas.

Palavras-chave: Capital de Giro. Empresas Familiares. Gestão Familiar.
Método da Pesquisa: MET3 - Arquivo/Banco de Dados
Área de Conhecimento da Pesquisa: (Iniciação Científica) AT3 - Contabilidade e Finanças

IC - 3045

Concessões aeroportuárias no Brasil: uma análise econômico-financeira das empresas concessionárias da segunda rodada (2019 -2024)

Daniel Jardim Andrade
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: daniel.jardim95@gmail.com

Fernanda Jaqueline Lopes
Universidade de Brasília - UnB
E-mail: pfernandalopes@unb.br

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo realizar uma análise econômico-financeira das concessões aeroportuárias da segunda rodada de concessão, buscando verificar suas capacidades financeira e operacional de manterem a gestão dos terminais sob sua responsabilidade. Para isso, foram analisados as demonstrações financeiras e os relatórios dos auditores independentes no período de 2019 a 2024. Como metodologia utilizada para alcançar os objetivos descritos, foram realizados os cálculos dos indicadores econômico-financeiros, avaliando índices de liquidez, rentabilidade e endividamento das entidades e a verificação de possíveis apontamentos quanto à continuidade operacional das empresas nos relatórios de auditoria externa. Os resultados da pesquisa indicam que todas as concessionárias enfrentam uma instabilidade econômica, com desempenho insatisfatório, caracterizado por elevados níveis de endividamento, baixa liquidez e recorrência de prejuízos. Além disso, os auditores externos evidenciaram a incerteza significativa de continuidade operacional dessas empresas.

Palavras-chave: Aeroportos. Concessões. Desempenho. Indicadores Econômico-Financeiros.
Método da Pesquisa: MET7 - Survey
Área de Conhecimento da Pesquisa: (Iniciação Científica) AT3 - Contabilidade e Finanças.